

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA VITAL

**Estudo sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão
Preto/SP**

**RIBEIRÃO PRETO
2012**

ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA VITAL

**Estudo sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão
Preto/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Claudia Souza Passador

RIBEIRÃO PRETO

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Vital, Antônio Carlos de Souza

Estudo sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP / Antônio Carlos de Souza Vital; orientador: Profa. Dra. Claudia Souza Passador - Ribeirão Preto, 2012. 81 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------|
| 1. Desenvolvimento | 2. Administração Pública |
| 3. Microrregião de Ribeirão Preto | 4. Reforma do Estado |

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Antônio Carlos de Souza Vital

Título: Estudo sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Departamento de Administração.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Comissão Julgadora:

Nome: _____

Instituição: FEARP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Instituição: FEARP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Instituição: FEARP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu melhor amigo, meu pai, que mesmo não estando mais presente fisicamente sempre foi e sempre será meu maior exemplo de trabalho e dedicação, e em quem eu sempre procuro me espelhar.

Agradeço a minha mãe pelo carinho e amor incondicional, pelo esforço para proporcionar ao meu irmão e a mim uma educação de qualidade e pelo apoio em todas as minhas decisões e em todos os momentos de minha vida.

Agradeço a Profa. Dra. Claudia Souza Passador, pela orientação, ensinamentos e atenção dispensada durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. João Luiz Passador e a aluna de mestrado Luna Marques Ferolla, pelos comentários e críticas que contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço a Universidade de São Paulo, pelo ensino de excelência que eu tive a honra e satisfação de cursar.

RESUMO

VITAL, A. C. S. **Estudo sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP.** 2012. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

O crescimento econômico de uma sociedade nem sempre é sinônimo de um bom desenvolvimento de sua população, pois quando há uma grande concentração de renda, esta sociedade pode apresentar bons números absolutos de uma maneira geral, que quando analisados mais a fundo, mostram enormes diferenças sociais. O presente trabalho busca analisar os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, que é uma das regiões mais ricas do Brasil, e verificar se o seu crescimento econômico é refletido na qualidade de vida dos cidadãos. Também será feita uma análise comparando o grau de desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Ribeirão Preto em relação ao estado de São Paulo. Assim, será feita uma análise de quais os pontos positivos e quais os aspectos deficientes, que precisam ser melhorados pela administração pública nos municípios analisados.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Administração Pública. Reforma do Estado. Microrregião de Ribeirão Preto.

ABSTRACT

VITAL, A. C. S. Study on the social and economic aspects of the municipalities of the region of Ribeirão Preto/SP. 2012. 81 f. Course Conclusion Study (Bachelor in Business) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

The economic growth of a society is not always synonymous with a good development of its population, because when there is a large concentration of income, this society can provide good absolute numbers generally, that when examined more thoroughly, show enormous social contrasts. This work seeks to analyze the social and economic aspects of the municipalities of the region of Ribeirão Preto, one of the richest regions of Brazil, and verify if its economic growth is reflected in the quality of life of its citizens. It will also be an analysis comparing the degree of socioeconomic development of the region of Ribeirão Preto in relation to the state of São Paulo. Therefore, it will be analyzed what are the positive aspects and what are the negative aspects, which need to be improved by government in the municipalities analyzed.

Key words: Development. Public Administration. State reform. Region of Ribeirão Preto.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População.....	32
Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano.....	33
Tabela 3. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	34
Tabela 4. Indicadores Econômicos	36
Tabela 5. Indicadores Econômicos (Continuação)	37
Tabela 6. Indicadores Econômicos (Continuação)	38
Tabela 7. Indicadores de Renda.....	39
Tabela 8. Indicadores de Renda (Continuação).....	40
Tabela 9. Indicadores de Renda (Continuação).....	41
Tabela 10. Indicadores de Desigualdade	42
Tabela 11. Indicadores de Educação	43
Tabela 12. Indicadores de Educação (Continuação)	44
Tabela 13. Indicadores de Educação (Continuação)	46
Tabela 14. Indicadores de Educação (Continuação)	47
Tabela 15. Indicadores de Saúde	49
Tabela 16. Indicadores de Saúde (Continuação)	50
Tabela 17. Indicadores de Saúde (Continuação)	51
Tabela 18. Indicadores de Sustentabilidade Social	52
Tabela 19. Indicadores de Sustentabilidade Social (Continuação).....	53
Tabela 20. Indicadores de Habitação e Infraestrutura Urbana	54
Tabela 21. Indicadores de Habitação e Infraestrutura Urbana (Continuação)	55
Tabela 22. Indicadores de Segurança Pública	56
Tabela 23. Indicadores de Segurança Pública (Continuação)	58
Tabela 24. Quadro geral da microrregião de Ribeirão Preto.....	59
Tabela 25. Quadro geral do município de Barrinha	60
Tabela 26. Quadro geral do município de Brodowski	61
Tabela 27. Quadro geral do município de Cravinhos.....	62
Tabela 28. Quadro geral do município de Dumont	63
Tabela 29. Quadro geral do município de Guatapará	64
Tabela 30. Quadro geral do município de Jardinópolis.....	65
Tabela 31. Quadro geral do município de Luís Antônio	66
Tabela 32. Quadro geral do município de Pontal	67
Tabela 33. Quadro geral do município de Pradópolis	68
Tabela 34. Quadro geral do município de Ribeirão Preto	69
Tabela 35. Quadro geral do município de Santa Rita do Passa Quatro	70
Tabela 36. Quadro geral do município de Santa Rosa de Viterbo	71
Tabela 37. Quadro geral do município de São Simão	72
Tabela 38. Quadro geral do município de Serra Azul	73
Tabela 39. Quadro geral do município de Serrana	74
Tabela 40. Quadro geral do município de Sertãozinho	75

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Objetivos do trabalho	12
1.2. Justificativa do trabalho	13
1.3. Estrutura do trabalho.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. Desenvolvimento	14
2.2. Desenvolvimento e administração pública no Brasil.....	16
3. METODOLOGIA.....	21
3.1. Introdução	21
3.2. Análise Qualitativa dos Indicadores	22
3.2.1. <i>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</i>	23
3.2.2. <i>Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)</i>	24
3.2.3. <i>Indicadores econômicos</i>	24
3.2.4. <i>Indicadores de renda</i>	25
3.2.5. <i>Indicadores de desigualdade</i>	26
3.2.6. <i>Indicadores de educação</i>	27
3.2.7. <i>Indicadores de saúde</i>	28
3.2.8. <i>Indicadores de sustentabilidade social</i>	29
3.2.9. <i>Indicadores de habitação e infraestrutura urbana</i>	29
3.2.10. <i>Indicadores de segurança pública</i>	30
4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	32
4.1. Análise Qualitativa dos Indicadores	35
4.1.1. <i>Indicadores econômicos</i>	35
4.1.2. <i>Indicadores de renda</i>	38
4.1.3. <i>Indicadores de desigualdade</i>	41
4.1.4. <i>Indicadores de educação</i>	43
4.1.5. <i>Indicadores de saúde</i>	48
4.1.6. <i>Indicadores de sustentabilidade social</i>	52
4.1.7. <i>Indicadores de habitação e infraestrutura urbana</i>	53
4.1.8. <i>Indicadores de segurança pública</i>	56
5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
6. BIBLIOGRAFIA	79

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos no desenvolvimento de uma sociedade, normalmente associamos este termo a quantidade de riqueza que esta sociedade produz, representada pelo Produto Interno Bruto (PIB). Outro indicador bastante utilizado é o PIB *per capita*, que é a divisão do PIB pelo número de habitantes, para se obter a renda média da população.

Em se tratando de uma sociedade desenvolvida, a utilização do PIB *per capita* para medir seu desenvolvimento dá uma noção mais palpável da realidade, pois as necessidades das diferentes classes sociais da população não são tão diferentes. Porém, quando uma sociedade é muito desigual, a renda fica concentrada nas mãos de poucas pessoas, mascarando assim a realidade. É o que acontece nos países subdesenvolvidos, como, por exemplo, o Brasil, onde podemos perceber grandes discrepâncias sociais e econômicas entre as classes sociais.

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento e o progresso de uma sociedade baseiam-se principalmente na expansão das liberdades desfrutadas por sua população, e não no seu crescimento econômico, como normalmente são avaliados. A ideia de que o desenvolvimento é fruto do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), da industrialização, do rendimento pessoal, da modernização ou da tecnologia, por exemplo, são visões mais restritas de desenvolvimento. Embora estes aspectos sejam importantes para a expansão das liberdades dos cidadãos, ainda há outros fatores que devem ser levados em conta ao se analisar o desenvolvimento de uma sociedade, como a disponibilidade de serviços públicos e assistência social, e os direitos civis.

Sendo assim, devemos primeiramente entender o processo histórico do desenvolvimento de uma sociedade, para podermos então entender quais são as reais necessidades de sua população, e para que o processo de desenvolvimento caminhe para buscar uma maior homogeneização dessa sociedade, diminuindo suas desigualdades sociais e econômicas.

Para Comin (2001), Celso Furtado é um dos maiores pensadores sobre as sociedades subdesenvolvidas durante o século XX, sobretudo na América Latina. Para Furtado¹ (1968, *apud* Comin, 2001), nos países subdesenvolvidos os termos modernização e desenvolvimento

¹ FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

têm significados diferentes, pois não são a mesma coisa que modernização e desenvolvimento nos países desenvolvidos.

Comin (2001) diz que a modernização, na visão de Furtado, é a tentativa de se aproximar das economias desenvolvidas, importando o que for moderno, como padrões de consumo, relações de trabalho, modelo de acumulação, métodos e processos produtivos. Estes aspectos são frutos de um longo processo histórico, em sociedades diferentes culturalmente, e a simples imitação deste modelo tem resultados totalmente diferentes dos esperados, sendo a consequência negativa mais importante a grande concentração de renda. Já o desenvolvimento baseia-se na homogeneização da sociedade. Segundo Furtado (1968, *apud* Comin, 2001), o subdesenvolvimento não deve ser entendido com tom pejorativo, que significa pura e simplesmente falta de desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos tiveram um processo histórico de desenvolvimento totalmente diferente e posterior ao dos países do hemisfério norte, e, portanto, devem desenvolver seus próprios modelos estratégicos, pois sua sociedade, política e economia têm caráter próprio.

De acordo com Martins (2006), a América Latina, que fica em uma região de periferia do sistema econômico mundial, possui dois grandes desafios para mudar seu quadro atual: ao mesmo tempo em que deve tentar minimizar a pobreza e as desigualdades entre as camadas de sua população, deve também buscar formas de se projetar rumo ao centro da economia mundial, deixando sua condição de periferia.

De acordo com Furtado (2001), o Brasil apresentou historicamente alguns ciclos de grande desenvolvimento econômico, como a cana-de-açúcar na região nordeste e a mineração em Minas Gerais, que após entrarem em decadência não deixaram para a sociedade o legado que poderiam ter deixado. Após cinco décadas de grande desenvolvimento industrial, iniciado durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil gerou uma gigantesca dívida externa, e a dívida interna do setor público dificultava muito a administração da economia do Estado nas décadas de 60 e 70.

Para Furtado (2001), a partir do golpe militar de 1964, e durante aproximadamente duas décadas sob o regime de ditadura, o autoritarismo político brasileiro foi responsável por um grande desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo, aumentou o poder político dos militares, que suprimiram os direitos individuais dos cidadãos e reprimiam qualquer tipo de oposição.

Já para Fleury (2006), a mudança constitucional de 1964 provocou o fim do modelo populista, fazendo com que o governo passasse a excluir a participação dos trabalhadores na administração das políticas sociais, além de começar a haver uma grande repressão contra

suas atividades políticas. Porém, este foi um momento muito importante para o modelo econômico desenvolvimentista, que trouxe novas maneiras para empresas privadas e burocracia pública se comunicarem e buscarem uma congruência em suas estratégias e interesses, aumentando a ligação entre eles, juntamente com o maior volume de capital estrangeiro que passou a ser investido no Brasil.

Outro marco significativo na economia brasileira é o início da globalização na década de 90, e que nas últimas décadas vem aproximando os países, política e economicamente, além de diminuir as distâncias e eliminar barreiras culturais.

É comum vermos o termo globalização fazendo analogia a ocidentalização do mundo e ao imperialismo, mas para Sen e Kliksberg (2010), embora isto seja em parte correto, a globalização ocorre há milhares de anos, e os países ocidentais também foram e ainda são influenciados pelos países orientais neste processo.

Sen e Kliksberg (2010) acreditam que, realmente, muitos aspectos ligados ao processo de globalização possuem conexão com o imperialismo, mas seria um erro entender a globalização como uma característica primária do imperialismo, pois ela significa muito mais, e é muito maior que isso.

Nessa mesma linha de raciocínio, Martins (2006) acredita que, com o processo de globalização, a economia mundial passou por várias transformações, quase sempre na direção capitalista, mas que não haveria o mesmo êxito se este processo fosse realizado de maneira isolada e unilateral, sem integrar elementos socialistas importantes para o bom funcionamento do sistema econômico como um todo.

Segundo Sen e Kliksberg (2010), a globalização é essencial para o desenvolvimento, porém devemos ter preocupações éticas e humanas para que ela possa proporcionar uma divisão mais justa de seus benefícios.

O ponto central da controvérsia não é a globalização em si, nem o uso do mercado como instituição, mas a desigualdade no equilíbrio geral dos arranjos institucionais – que produz uma divisão muito desigual dos benefícios da globalização. A questão não é somente se os pobres também ganham alguma coisa com a globalização, mas se nela eles participam equitativamente e dela recebem oportunidades justas. Há uma necessidade urgente de reformar os arranjos institucionais – além dos nacionais – para se poder superar tanto os erros de omissão como os de ação que tendem a dar aos pobres de várias partes do mundo oportunidades tão limitadas. A globalização merece uma defesa baseada na razão, mas essa defesa também precisa de reforma. (SEN e KLIKSBERG, 2010, p.32).

Devido a complexidade e importância do tema Desenvolvimento, torna-se muito necessária a maior reflexão sobre o assunto, bem como a elaboração de mais análises, e mais profundas, a respeito. O Desenvolvimento Social deve ser mais debatido e ter mais atenção do

poder público, pois somente desta maneira haverá menos desigualdade e todos os cidadãos poderão ter uma condição de vida digna.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é apresentado na sessão a seguir:

1.1. Objetivos do trabalho

A microrregião de Ribeirão Preto fica localizada no nordeste do estado de São Paulo e é composta por dezesseis municípios: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho. É uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do país, e possui uma população de 1.032.547 habitantes, segundo o relatório do censo demográfico do IBGE do ano de 2010 (IBGE, 2012).

O crescimento econômico de uma determinada região nem sempre representa um bom desenvolvimento socioeconômico de sua população, pois quando há uma grande concentração de renda, esta região pode apresentar bons números absolutos são de uma maneira geral, porém quando analisados mais a fundo, nota-se nestes dados uma outra realidade, com enormes diferenças sociais.

O problema básico de pesquisa deste trabalho é entendido pela seguinte pergunta: O crescimento econômico dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto está sendo refletido no desenvolvimento econômico e social de sua população? Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, e verificar se o seu crescimento econômico é refletido na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico e social dos cidadãos.

O primeiro objetivo específico do presente trabalho é fazer levantamentos de vários indicadores sociais e econômicos dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP. Os indicadores a serem analisados são listados a seguir:

- Indicadores Econômicos;
- Indicadores de Renda;
- Indicadores de Desigualdade;
- Indicadores de Educação;
- Indicadores de Saúde;
- Indicadores de Sustentabilidade Social;
- Indicadores de Segurança Pública;

- Indicadores de Habitação e Infraestrutura Urbana.

O segundo objetivo específico consiste em comparar os indicadores sociais e econômicos dos dezesseis municípios analisados com a média da microrregião de Ribeirão Preto/SP e com a média do estado de São Paulo.

1.2. Justificativa do trabalho

Através de informações e dados coletados a partir de fontes de dados secundários confiáveis, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), faremos análises comparativas da situação socioeconômica dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto com a situação do estado de São Paulo, a fim de se verificar o grau de desenvolvimento socioeconômico da região em relação ao estado, quais os pontos positivos e quais os aspectos deficientes, que precisam ser melhorados pela administração pública nos municípios analisados.

Este trabalho tem grande relevância porque poderá contribuir com a gestão pública dos municípios analisados, bem como de outros municípios e do próprio estado de São Paulo.

A administração pública, através deste trabalho, poderá verificar quais aspectos sociais e econômicos estão deficientes em seu município, e então buscar formas de melhorá-los. Da mesma forma que os seus aspectos mais desenvolvidos podem servir de exemplo para a administração pública de outros municípios e para a administração pública estadual, de uma forma geral, também poderem melhorar estes aspectos.

1.3. Estrutura do trabalho

O presente trabalho apresenta inicialmente uma introdução, que possui os seus objetivos. A seguir, será apresentado um capítulo com o referencial teórico, onde será apresentado o marco teórico sobre desenvolvimento no Brasil, além de estudos anteriores sobre os temas aqui abordados. Depois será apresentado um capítulo com a metodologia do trabalho, seguido do capítulo com as análises realizadas e os resultados obtidos com o trabalho. Por fim, serão apresentadas as conclusões do trabalho e a bibliografia utilizada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresenta os conceitos teóricos de temas relevantes para o desenvolvimento e discussão deste trabalho, como desenvolvimento, administração pública e reforma do Estado.

A seguir são apresentados estes temas, que serão aprofundados no decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa e com a discussão dos resultados.

2.1. Desenvolvimento

Segundo Sachs (2001), o desenvolvimento futuro e uma maior homogeneização da sociedade só serão alcançados com criatividade política, apoiada constantemente por uma maior participação da população. O desenvolvimento social é beneficiado pelo crescimento econômico, desde que este esteja planejado e direcionado para buscar uma sociedade mais homogênea.

Sen (2000) acredita que quando os cidadãos são privados de suas liberdades, o abismo social gerado aumenta a diferença entre as classes e cria-se um grave empecilho ao desenvolvimento.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo a maioria. As vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou de remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente a carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas a liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000, p.18).

Sen (2000) diz que o desenvolvimento social é alcançado quando os indivíduos possuem livre condição de agente participativo na sociedade, pois a relação existente entre a liberdade individual e o desenvolvimento social tem uma ligação muito mais ampla do que

somente o aspecto constitutivo. As realizações das pessoas são frutos de suas oportunidades e liberdades, como, por exemplo, liberdade política, oportunidades econômicas, oportunidade de participação social e tomada de decisões públicas, oportunidade de receber acesso a educação básica e a saúde, e oportunidade de ter uma vida digna. Sen (2000, p.19) ainda completa dizendo que “as disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades”.

Segundo Sen (2000), as liberdades da população são, ao mesmo tempo, o principal meio para se alcançar o desenvolvimento, e o principal objetivo deste. Os diferentes tipos de liberdades estão entrelaçados e podem se fortalecer, visto que oportunidades sociais, como acesso a saúde e educação, se refletem em melhores oportunidades econômicas; da mesma forma que estas oportunidades econômicas podem produzir mais recursos próprios para os cidadãos e recursos públicos para serem utilizados nos serviços sociais; as liberdades políticas, como liberdade de expressão e eleições, também podem refletir nas oportunidades econômicas.

Sen (2000) defende que os diversos tipos de liberdade devam ter diferentes ponderações ao se avaliar as vantagens individuais e o desenvolvimento social, principalmente pelo fato de permitirem que haja verificação e críticas por parte dos cidadãos. A liberdade política dá aos cidadãos a oportunidade de debater os projetos e escolher suas prioridades, porém as disposições sociais devem visar ao mesmo a expansão das liberdades individuais e o desenvolvimento social de uma forma apropriada e eficaz. Sendo assim, a análise das políticas a serem implementadas e/ou melhoradas deve levar em consideração que diferentes cidadãos podem ter diferentes concepções de justiça e equidade, influenciando o uso que cada um faz de suas liberdades individuais.

Sen e Kliksberg (2010) defendem a saúde e a educação como os principais aspectos para analisar o desempenho de um país no que se diz respeito a desenvolvimento e qualidade de vida de sua população, e que uma boa saúde é, ao mesmo tempo, influenciadora e influenciada por uma educação de qualidade. O novo entendimento sobre desenvolvimento traz um peso diferente a importância dos recursos humanos na busca por resultados, como aumento de produtividade, avanço tecnológico e aumento da competitividade. As principais disparidades no desempenho dos países no novo cenário mundial estão relacionadas diretamente com a “qualidade da população” destes países, e os principais expoentes desta qualidade são exatamente os graus de saúde e de educação.

Sen e Kliksberg (2010) defendem a tese de que o principal aspecto da justiça social de uma comunidade é a distribuição equitativa da saúde. Todo e qualquer entendimento de justiça social que entenda e leve em consideração a necessidade e a importância de uma distribuição justa e igualitária, não pode desprezar a relevância da saúde na vida do cidadão e as oportunidades de estes cidadãos terem uma vida saudável.

Para Sen e Kliksberg (2010), a ética e o capital social são fatores que influenciam ativamente o desenvolvimento de uma sociedade, porém as grandes desigualdades podem deteriorar este capital social. Se o Índice de Gini, Índice L de Theil ou qualquer outro índice ou indicador social sofre uma piora, os reflexos são percebidos na sociedade, e evidencia que algo na gestão pública não está sendo feito de maneira justa ou correta. O Índice de Gini e o Índice L de Theil serão mais bem explicados durante a análise dos indicadores de desigualdade dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto.

Alguns países com grande potencial apresentam ao mesmo tempo uma enorme pobreza, e isto interfere negativamente no capital social, prejudicando os principais fatores deste capital social, como confiança, credibilidade, associatividade e civismo, pois a pobreza é uma das formas de manifestação mais duras da desigualdade social.

A seguir segue o referencial teórico sobre o desenvolvimento e administração pública no Brasil, trazendo o tema para mais perto da realidade brasileira e do tema central do presente trabalho.

2.2. Desenvolvimento e administração pública no Brasil

Furtado (2001) ressalta que enquanto a chamada classe média alta tem padrões de consumo similares ao de países muito mais desenvolvidos, a maior parte da população tem pouco ou nenhum acesso aos serviços essenciais básicos do Estado, como educação e saúde.

Segundo Cardoso (2006), as mudanças nos sistemas político e econômico mundiais exigem que o Estado também passe por reformas, para que possa se adaptar aos novos interesses e necessidades da sociedade, como prestação de serviços na área da educação, saúde, segurança, saneamento básico e lazer. O Estado precisa se reorganizar para atender a estas novas demandas da população, e para isso é preciso que haja maior participação da população, critérios de gestão que reduzam os gastos públicos, definição de prioridades e cobranças de resultados traçados.

Martins (2006) acredita que na atual conjuntura do sistema mundial, os aumentos dos níveis de democratização e educação são essenciais, já que cada vez mais a inovação técnica e científica vem mudando o principal fator de produtividade, da intensidade do trabalho para a qualidade do trabalho, e a geração de conhecimento é a principal responsável por esta tendência, que atinge não somente o aspecto econômico, mas também os aspectos político e social.

Para Bresser-Pereira (2006), a reforma do Estado se faz necessária por conta do novo cenário mundial, onde a sociedade possui novas e crescentes demandas. O mundo contemporâneo exige mudanças na mentalidade e na forma de gestão do Estado, pois a proteção aos direitos públicos passa a ser cada vez mais relevante em todo o mundo. A democracia e a administração pública burocrática são instituições criadas com o intuito de resguardar o patrimônio público. Enquanto a democracia deve passar por transformações, se tornando mais participativa ou mais direta, a administração pública burocrática deve dar espaço a uma administração pública gerencial.

Bresser-Pereira (2006) acredita que a democracia seja a ferramenta política com capacidade de assegurar os direitos civis dos membros de uma sociedade contra a exploração e o *rent seeking*, que pode ser aqui entendido como a busca dos políticos por benefícios próprios a partir de recursos públicos, ao invés de buscar agregar valor e aumentar a riqueza social.

De acordo com Fleury (2006), a democracia deixou de ser vista somente como um procedimento, e passou a ser entendida como uma prática social, capaz de produzir as identidades coletivas de uma sociedade e de redefinir as relações sociais existentes nela, além de possuir a capacidade de abranger novos atores e temas, ampliando a questão social e política. O cenário atual expressa a necessidade de a democracia adquirir uma nova institucionalidade, que esteja preparada para atender aos princípios de reconhecimento, participação e redistribuição dentro de uma sociedade. Portanto, a criação desta nova institucionalidade para a democracia será possível se houver uma combinação entre inovação social e inovação institucional, pois as tomadas de decisões coletivas, em um sistema democrático, devem ter a participação de todos os influenciados por elas, ou então de seus representantes.

Na visão de Kettl (2006), para a administração pública passar por uma reformulação que traga resultados efetivos e duradouros, deve haver uma congruência entre os interesses de curto prazo e as metas de longo prazo. É muito comum que haja desinteresse dos governantes por uma reformulação na gestão pública quando não há resultados claros imediatos, porém

algumas medidas que trazem benefícios visíveis rapidamente podem dificultar ainda mais a obtenção de resultados duradouros e efetivos no longo prazo.

De acordo com Kettl (2006), é extremamente importante que os gestores públicos tenham seus desempenhos avaliados, comparando as metas traçadas com os resultados alcançados, pois as avaliações de desempenho e de resultados dos administradores públicos tornam-se a base essencial para a reforma do setor público. A avaliação mede a eficiência com que os investimentos públicos, como impostos e trabalho de funcionários públicos, se transformam em resultados relevantes para a sociedade.

Kettl (2006) defende uma administração baseada no desempenho, pois assim ela estaria mais incorporada ao planejamento estratégico e as tomadas de decisões do governo, principalmente as relacionadas ao orçamento, já que ela ajuda os gestores públicos a alocar da melhor maneira os recursos disponíveis, visando os projetos que proporcionem os melhores resultados para a sociedade. Além disso, a administração baseada no desempenho transmite uma maior clareza e transparência para a população, visto que os cidadãos passam a entender melhor como os impostos que eles pagam estão sendo utilizados e quais os retornos que são proporcionados.

Segundo Tenório e Saravia (2006), o sistema burocrático brasileiro não se tornará mais eficiente se houver somente modernizações, reformas ou adaptações em sua estrutura, pois também é preciso que haja uma mudança de visão, dando maior relevância a gestão pública como fator necessário para o desenvolvimento do país e para uma redistribuição de renda mais equitativa.

Oliveira (2006) diz que é essencial para as políticas públicas possuir bons planejadores, com visão de futuro e capazes de identificar cenários futuros e fazer planejamentos que cheguem aos resultados esperados. Em muitas situações as políticas públicas não chegam aos resultados esperados por conta da dissociação entre a elaboração e a implementação no processo de planejamento. Há casos em que a elaboração do plano é muito bem estruturada, com reuniões para se analisar modelos matemáticos, cenários, legislação e distribuição de responsabilidades, e o processo de implementação acaba ficando para segundo plano. O problema é que esta segunda etapa é tão importante quanto aquela primeira, pois sem uma gestão do processo de implementação do projeto, com monitoramento contínuo, realização de auditorias e de reuniões técnicas, pode ser que aquelas ações bens planejadas no início do projeto não sejam colocadas em prática como deveriam, afetando seu rendimento e seus resultados.

Já para Rezende (2001), a reforma do Estado deve ter como objetivo seu fortalecimento, e não seu enfraquecimento, mas isto não significa aumentar seu tamanho, e sim melhorar sua capacidade e flexibilidade ao lidar com os diversos problemas da sociedade, buscando tomadas de decisões conscientes e coerentes com as metas traçadas. O Estado deve saber fazer um bom planejamento e seguir na direção correta para alcançar os interesses coletivos, executando as ações necessárias e coibindo ações contrárias ao interesse coletivo. No contexto democrático, o processo de planejamento torna-se mais complexo, e os gestores devem dar mais atenção ao planejamento de um projeto, e não somente a sua execução, pois apenas possuir um corpo técnico de qualidade não garante que o projeto será bem executado e que bons resultados serão alcançados.

De acordo com Rezende (2001), a distribuição do Produto Nacional tem papel fundamental no planejamento do governo, porém necessita de ajustes para que possa ser mais equitativa entre todas as camadas da população, e este processo deve ocorrer com a intervenção do governo através, por exemplo, de tributação e políticas de gastos públicos.

No que se refere a necessidade de ajustamentos na distribuição da renda, é importante notar que, numa economia de mercado, a distribuição do Produto Nacional pelos diferentes habitantes do país está condicionada não só a disponibilidade relativa dos fatores de produção, como também aos respectivos níveis de produtividade. Isso significa que, a medida que critérios puramente econômicos de eficiência são considerados nas decisões relativas a utilização dos fatores de produção, a distribuição da renda gerada pelos habitantes do país pode não ser considerada socialmente aceitável.

Nesse caso, a correção de desigualdade na repartição do Produto Nacional poderia ser efetuada mediante intervenção governamental. Um dos processos mais utilizados com vista em tal objetivo consiste, exatamente, em utilizar o sistema tributário e a política de gastos governamentais. De um lado, introduzindo maior progressividade nos tributos, de forma a impor um ônus relativamente maior sobre indivíduos de nível de renda elevada, e, de outro, ampliando despesas de transferência que beneficiam direta ou indiretamente (mediante manutenção de serviços gratuitos – Educação e Saúde, por exemplo) as classes de renda mais baixa. (REZENDE, 2001, p.19-20).

Rezende (2001) vê nos países da América Latina, inclusive no Brasil, a necessidade de uma reforma no sentido de o Estado ter uma função mais reguladora e menos provedora de bens e serviços, a fim de se adequar melhor ao novo âmbito econômico, político e social. É necessário que haja reformas na cultura burocrática e nos métodos de gestão e gerenciamento das políticas públicas, desenvolvimento de novas formas de parceria e de controle social. Também é necessário que se aumente a transparência e clareza nas ações governamentais, pois, mesmo com a diminuição do dispêndio público, o processo de regulação culmina em custos sociais difíceis de serem percebidos. Quanto mais houver privatização, mais os órgãos reguladores serão exigidos na avaliação dos benefícios gerados para a sociedade, pois mais

responsabilidades e recursos, antes pertencentes ao setor público, serão repassados ao setor privado.

Costa (2006) acredita que o Estado brasileiro precisa de um modelo que dê mais atenção as enormes discrepâncias observadas entre diferentes regiões e classes sociais, porém há ainda muita resistência a qualquer tipo de mudança no atual sistema. Nas vezes em que o Estado tentou implantar alguma reforma, quase sempre as metas de democratização e modernização não são alcançadas, devido a falta de condições políticas para se implantar estas mudanças. Isto ocorre porque muitos gestores públicos, que seriam responsáveis pelas mudanças, são apoiados por grupos oligárquicos, que não têm interesse no desenvolvimento de projetos que busquem maior competição política e equidade na sociedade, e sim que seus interesses e privilégios particulares continuem sendo atendidos.

Finalizando, Peci (2006) diz que está havendo uma mudança no papel do Estado e em sua relação com a sociedade civil. A democratização e a redução do papel do Estado na economia tornam indispensável a existência de uma sociedade organizada e ativa nas políticas e tomadas de decisões públicas. O controle social é de fundamental importância para o bom funcionamento do Estado regulador, visto que as formas mais tradicionais de controle, como as funções que ficam a cargo do Tribunal de Contas da União (TCU), tendem a diminuir neste novo sistema com o Estado regulador.

O próximo capítulo traz a metodologia utilizada no desenvolvimento do presente trabalho, mostrando como serão feitas as análises e explicando os métodos e as ferramentas que serão utilizadas.

3. METODOLOGIA

3.1. Introdução

Andrade (1999) define metodologia de uma pesquisa como um conjunto de processos sistemáticos, que tem por finalidade buscar soluções para os problemas propostos na pesquisa, por meio de um método científico.

Este trabalho será desenvolvido de maneira qualitativa e exploratória, seguindo a metodologia de estudo de caso.

Richardson (1999) diz que pesquisas que possuem uma metodologia qualitativa têm melhores condições de compreender a complexidade de um determinado problema, analisar a relação entre diferentes variáveis e entender e explicar processos dinâmicos de grupos sociais. Com base nisso, este trabalho pretende compreender melhor o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP.

De acordo com Sampieri *et al.* (2006), as pesquisas exploratórias ajudam a aumentar a nossa familiaridade com fenômenos relativamente desconhecidos, além de permitir uma investigação mais profunda deste fenômeno, a partir da obtenção de informações relevantes, e estabelecer aspectos que terão prioridade em futuras pesquisas, que é o caso do presente trabalho, pois ajuda a ter maior familiaridade com informações e dados que estão ao alcance de todos, porém não são muito explorados.

Nesta mesma linha, Yin (2001), diz que estudo de caso pode ser entendido como um estudo empírico com a finalidade de entender um fenômeno dentro de seu contexto real, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Cervo e Bervian (2002) dizem que a importância do estudo de caso está na maior familiarização e entendimento de determinado fenômeno, no aparecimento de novas percepções sobre o mesmo ou ainda no desenvolvimento de novas ideias. Este conceito reforça o caráter exploratório deste trabalho, pois busca maior entendimento sobre o assunto e pode servir de base para estudos futuros.

Castro (1977) ressalta que a metodologia de estudo de caso deve ser utilizada na análise de fenômenos específicos, que têm características particulares, não podendo, assim, ser vista de maneira generalizada.

Yin (2001) destaca três fatores a serem analisados na aplicação da metodologia de estudo de caso: o tipo de problema, o controle que o pesquisador possui sobre os fenômenos estudados, e o grau de foco em acontecimentos contemporâneos, contrastando com acontecimentos históricos. Em relação ao primeiro fator, esta pesquisa tem caráter exploratório. Já em relação ao segundo fator, o controle do investigador sobre os fenômenos estudados é quase inexistente. Finalmente, o foco é nos acontecimentos mais contemporâneos possíveis, já que utilizaremos dados atualizados de fontes secundárias.

Segue abaixo a explicação do método utilizado na análise qualitativa dos indicadores socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto.

3.2. Análise Qualitativa dos Indicadores

Será feita uma análise qualitativa de vários indicadores dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto relacionados a economia, renda, desigualdade, educação, saúde, sustentabilidade social, segurança pública e habitação e infraestrutura urbana. A escolha destes indicadores se deve pelo fato de poder compreender melhor a situação socioeconômica dos municípios analisados. A utilização do IDH, por exemplo, acaba deixando de fora alguns aspectos muito importantes como segurança pública, habitação e infraestrutura urbana.

Os indicadores socioeconômicos dos municípios e da microrregião de Ribeirão Preto serão comparados com os indicadores do estado de São Paulo, buscando identificar se o grau de desenvolvimento dos municípios analisados é compatível com o desenvolvimento estadual de uma forma geral.

As informações e dados serão coletados a partir de fontes de dados secundárias confiáveis, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Para não distorcer os dados durante as análises médias da microrregião de Ribeirão Preto, serão dados pesos aos valores de cada município de acordo com a sua população. Por exemplo, se um município possui uma população de 30 mil habitantes, os seus indicadores terão peso 30 mil, enquanto que um município de 100 mil habitantes terá indicadores com peso 100 mil.

Abaixo estão listados e explicados os indicadores socioeconômicos que serão analisados no presente trabalho:

3.2.1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com co-autoria do economista indiano Amartya Sen ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998.

Criado como contraponto a utilização do PIB *per capita* para dimensionar o desenvolvimento, pois este último considera somente o aspecto econômico, o IDH foi publicado pela primeira vez em 1990, e é calculado anualmente.

É atualmente um dos indicadores mais utilizados para se dimensionar o desenvolvimento de um país ou município e é composto por três pilares, renda, longevidade e saúde, que são explicados abaixo:

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): De acordo com o PNUD (2012), o IDH é obtido através da média aritmética simples de três sub-índices, referentes as dimensões renda (IDH-Renda), longevidade (IDH-Longevidade) e educação (IDH-Educação).

IDH-Renda: De acordo com o PNUD (2012), o IDH-Renda é obtido do indicador renda familiar *per capita* média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior equivalem a R\$3,85 e R\$1.540,25, respectivamente. Estes limites equivalem a conversão dos PIB em dólar paridade do poder de compra (PPC) 2000 para renda familiar *per capita* (RFPC) em reais de 2000.

IDH-Longevidade: De acordo com o PNUD (2012), o IDH-Longevidade é obtido do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

IDH-Educação: De acordo com o PNUD (2012), o IDH-Educação é obtido através da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência escolar, através da fórmula: $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses dois índices, com peso 2 para a taxa de alfabetização e peso 1 para a taxa bruta de frequência escolar.

3.2.2. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) para acompanhar o desenvolvimento dos 5.564 municípios brasileiros. É divulgado anualmente e tem como base as estatísticas públicas oficiais dos ministérios do Trabalho, Saúde e Educação.

O IFDM, assim como o IDH, também é composto por três pilares, emprego & renda, educação e saúde, que são explicados abaixo:

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): De acordo com o Sistema FIRJAN (2012), o IFDM representa a média simples do IFDM - Emprego & Renda, IFDM - Educação e IFDM - Saúde. Pode variar entre 0 e 1, conforme as notas máxima e mínima de corte fixadas para cada indicador componente.

IFDM - Emprego & Renda: De acordo com o Sistema FIRJAN (2012), o IFDM - emprego & renda é obtido através do cálculo da média ponderada de nove indicadores extraídos de duas bases do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Pode variar entre 0 e 1, conforme as notas máxima e mínima de corte fixadas para cada indicador componente.

IFDM - Educação: De acordo com o Sistema FIRJAN (2012), o IFDM - educação é obtido através do cálculo da média ponderada de seis indicadores extraídos de duas bases do Ministério da Educação (MEC): o Censo Escolar e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No caso do IDEB, que é bienal, utiliza-se sempre o último resultado disponível. Pode variar entre 0 e 1, conforme as notas máxima e mínima de corte fixadas para cada indicador componente.

IFDM - Saúde: De acordo com o Sistema FIRJAN (2012), o IFDM - saúde é obtido através do cálculo da média ponderada de três indicadores extraídos de duas bases do Ministério da Saúde: o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Pode variar entre 0 e 1, conforme as notas máxima e mínima de corte fixadas para cada indicador componente.

3.2.3. Indicadores econômicos

Produto Interno Bruto (R\$), 2009: De acordo com IBGE (2012), o PIB mede a produção de bens e serviços de uma determinada região em um determinado período de tempo. Os três pilares considerados pelo PIB são a Agropecuária, Indústria e Serviços.

Produto Interno Bruto *per capita* (R\$), 2009: Segundo IBGE (2012), o PIB *per capita* representa o PIB médio de uma determinada população em um determinado período de tempo.

Receitas (R\$), 2009: De acordo com IBGE (2012), representa a receita total obtida em uma determinada região em um determinado período de tempo.

Despesas (R\$), 2009: Segundo IBGE (2012), representa a despesa total de uma determinada região em um determinado período de tempo.

Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (%), 2009: De acordo com IBGE (2012), é a representatividade da agropecuária no PIB de uma determinada região em um determinado período de tempo.

Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (%), 2009: Segundo IBGE (2012), é a representatividade da agropecuária no PIB de uma determinada região em um determinado período de tempo.

Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (%), 2009: De acordo com IBGE (2012), é a representatividade dos serviços no PIB de uma determinada região em um determinado período de tempo.

3.2.4. Indicadores de renda

Renda proveniente de rendimentos do trabalho (%), 2000: Segundo PNUD (2012), corresponde a participação percentual das rendas provenientes do trabalho, principal e outros, na renda total do município.

Renda proveniente de transferências governamentais (%), 2000: Segundo PNUD (2012), corresponde a participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais, como aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio (renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, dentre outros) na renda total do município.

Renda proveniente de transferências governamentais - mais de 50% da renda total (%), 2000: Segundo PNUD (2012), corresponde a participação percentual de pessoas que possuem mais de 50% da renda familiar *per capita* proveniente de transferências governamentais, explicadas anteriormente.

Pobreza - pessoas pobres (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), equivale ao percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* menor que R\$75,50, que corresponde a metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos compreende somente aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Pobreza - pessoas indigentes (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), equivale ao percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* menor que R\$37,75, que corresponde a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

Rendimento Médio de Empregos Formais (R\$), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), o rendimento médio de empregos formais representa a soma dos rendimentos individuais no mês de dezembro de 2010 dividido pelo número de empregos formais, mesmo que estes empregos não tenham sido remunerados neste mês.

3.2.5. Indicadores de desigualdade

Índice de Gini, 2000: De acordo com PNUD (2012), o Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos de acordo com a renda domiciliar *per capita*. Seu valor pode variar de 0, quando não há desigualdade na renda de todos os indivíduos, a 1, quando a desigualdade é máxima, ou seja, um único indivíduo possui toda a renda da sociedade e a renda do restante dos indivíduos é nula.

Índice L de Theil, 2000: De acordo com PNUD (2012), o Índice L de Theil também mede a desigualdade existente na distribuição de indivíduos de acordo com a renda domiciliar *per capita*. “É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo” (PNUD, 2012). Para seu cálculo, não são considerados no universo os indivíduos com renda domiciliar *per capita* nula.

Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, 2000: Segundo PNUD (2012), mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos de acordo com a renda domiciliar *per capita*. É a comparação da renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico do universo de indivíduos com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres.

3.2.6. Indicadores de educação

Analfabetos – pessoas 7 a 14 anos, 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que não conseguem ler nem escrever um bilhete simples.

Analfabetos – pessoas 15 anos e mais, 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas de 15 e mais anos de idade que não conseguem ler nem escrever um bilhete simples.

Analfabetos – pessoas 25 anos e mais, 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas de 25 e mais anos de idade que não conseguem ler nem escrever um bilhete simples.

Crianças de 7 a 14 anos com acesso ao ensino fundamental (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), representa o percentual de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que frequentam ou já concluíram o ensino fundamental. Neste último caso, têm oito anos completos de estudo e podem ou não estar frequentando outro nível de ensino.

Adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), representa o percentual de pessoas entre 15 e 17 anos de idade que frequentam ou já concluíram o ensino médio. Neste último caso, têm 11 anos completos de estudo e podem ou não estar frequentando outro nível de ensino.

Pessoas de 18 a 24 anos com acesso ao ensino superior (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), representa o percentual de pessoas de entre 18 e 24 anos de idade que frequentam ou já concluíram o ensino superior.

Pessoas de 25 anos e mais com acesso ao ensino superior (%), 2000: Percentual de pessoas de 25 anos de idade ou mais que frequentam ou já concluíram o ensino superior.

Anos de estudo - menos de 4 - pessoas 25 anos e mais (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), representa o percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade que não completaram a quarta série do ensino fundamental, ou seja, que podem ser denominados “analfabetos funcionais”.

Anos de estudo - menos de 8 - pessoas 25 anos e mais (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), representa o percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade que não completaram o ensino fundamental. Abrange as pessoas que abandonaram a escola ou com grau elevado de atraso escolar.

Anos de estudo – mais de 11 - pessoas 25 anos e mais (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), representa o percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade que completaram um ano do ensino superior, pelo menos.

População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (%), 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que completaram o ensino médio e podem ou não estar frequentando outro nível de ensino.

Taxa de Evasão do Ensino Fundamental Total (%), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), é o percentual de alunos que abandonaram a escola antes da avaliação final ou que não cumpriram os requisitos mínimos em frequência previstos em legislação, em relação ao total de matrículas no final do ano letivo.

Taxa de Evasão do Ensino Médio Total (%), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), é o percentual de alunos que abandonaram a escola antes da avaliação final ou que não cumpriram os requisitos mínimos em frequência previstos em legislação, em relação ao total de matrículas no final do ano letivo.

3.2.7. Indicadores de saúde

Taxa de Natalidade (Por mil habitantes), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), é a relação entre os nascidos vivos em um determinado período de tempo e a população estimada para o meio do período, multiplicados por 1000.

Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), consiste na relação entre os óbitos de menores de um ano em um determinado período de tempo (geralmente um ano) e os nascidos vivos nesse período.

Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), consiste na relação entre os óbitos de menores de cinco anos em um determinado período de tempo (geralmente um ano) e os nascidos vivos nesse período.

Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (%), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), corresponde a proporção de mulheres com menos de 18 anos que tiveram pelo menos um filho nascido vivo no ano, em relação ao total de mulheres que tiveram filhos nesse mesmo período.

Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (%), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), corresponde a proporção de mulheres que tiveram sete ou mais consultas de pré-natal no ano, em relação ao total de mulheres que tiveram filhos no mesmo período.

Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (%), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), corresponde a proporção de nascidos vivos com peso inferior a 2,5kg em relação ao total de nascidos vivos.

Médicos residentes (por mil habitantes), 2000: Segundo PNUD (2012), é a razão entre o total de médicos residentes no município e o total de habitantes deste município, multiplicado por mil, incluindo os acadêmicos de hospital (médicos residentes).

Enfermeiros residentes com curso superior (%), 2000: Segundo PNUD (2012), representa a razão entre o total de enfermeiros residentes no município com curso superior e o total de enfermeiros residentes no município, multiplicado por cem.

3.2.8. Indicadores de sustentabilidade social

Taxa de Crescimento Anual da População - 2000/2010 (% a.a.), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), representa o crescimento médio da população entre os anos de 2000 e 2010.

Índice de Envelhecimento (%), 2010: Segundo Fundação Seade (2012), expressa a proporção de pessoas com 60 anos e mais por 100 indivíduos entre 0 e 14 anos.

Taxa de fecundidade (%), 2000: Segundo PNUD (2012), a taxa de fecundidade representa o número médio de filhos que uma mulher teria ao final do período reprodutivo.

3.2.9. Indicadores de habitação e infraestrutura urbana

Domicílios com Espaço Suficiente (%), 2000: Segundo Fundação Seade (2012), equivale a proporção de domicílios que possuem no mínimo quatro cômodos, sendo um cômodo banheiro ou sanitário, sobre o total de domicílios urbanos permanentes. A moradia com esta característica é classificada como de composição mínima para execução das funções básicas a toda moradia.

Domicílios com Infraestrutura Interna Urbana Adequada (%), 2000: Segundo Fundação Seade (2012), corresponde a proporção de domicílios ligados as redes públicas de abastecimento de água e energia elétrica e de coleta lixo e esgoto, sendo a fossa séptica a também aceita no lugar do esgoto, sobre o total de domicílios urbanos permanentes.

Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (%), 2000: De acordo com Fundação Seade (2012), é o percentual de domicílios particulares urbanos permanentes atendidos pelo serviço regular de coleta de lixo.

Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (%), 2000: De acordo com Fundação Seade (2012), equivale ao percentual de domicílios particulares urbanos permanentes atendidos pela rede geral de abastecimento de água.

Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (%), 2000: De acordo com Fundação Seade (2012), é o percentual de domicílios particulares urbanos permanentes atendidos pela rede geral de esgoto sanitário ou pluvial.

3.2.10. Indicadores de segurança pública

Ocorrências Policiais: Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) (2012), correspondem as ocorrências criminais, ocorrências não criminais, como perda de documentos e brigas e ocorrências contravenccionais, que não são caracterizadas como delito, registradas pelos distritos policiais. Acidentes de trânsito não são considerados aqui.

Ocorrências de Crimes Contra a Pessoa: Segundo SSP-SP (2012), equivalem as ofensas causadas a integridade do ser humano.

Ocorrências de Crimes Contra o Patrimônio: Segundo SSP-SP (2012), equivalem as ofensas causadas ao interesse patrimonial, por sua vez, que representa um complexo de relações jurídicas, com valor pecuniário.

Taxa de vítimas de acidentes de trânsito por 100 mil habitantes: Segundo Ipeadata (2012), a taxa é calculada através da divisão do grupo populacional multiplicado por 100 mil pela população de referência.

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes: De acordo com Ipeadata (2012), a taxa é calculada através da divisão do grupo populacional multiplicado por 100 mil pela população de referência.

Taxa média de suicídios por 100 mil habitantes: Segundo Ipeadata (2012), a taxa é calculada através da divisão do grupo populacional multiplicado por 100 mil pela população de referência.

A escolha dos indicadores socioeconômicos listados acima se deu pelo fato de permitir uma análise mais pertinente e realista, já que todos estes indicadores são extremamente

presentes na vida de todos os cidadãos e suas melhorias podem interferir direta e positivamente na vida de muitas pessoas.

A seguir serão apresentados o desenvolvimento e as análises dos dados coletados, através da metodologia apresentada neste capítulo.

4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A tabela abaixo mostra a população dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto, de acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2010 (IBGE, 2012):

Tabela 1. População

Município	População, 2010
Barrinha	28.496
Brodowski	21.107
Cravinhos	31.691
Dumont	8.143
Guatapará	6.966
Jardinópolis	37.661
Luis Antônio	11.286
Pontal	40.244
Pradópolis	17.377
Ribeirão Preto	604.682
Santa Rita do Passa Quatro	26.478
Santa Rosa de Viterbo	23.862
São Simão	14.346
Serra Azul	11.256
Serrana	38.878
Sertãozinho	110.074
Microrregião Ribeirão Preto	1.032.547
Estado de SÃO PAULO	41.262.199

Fonte: IBGE, 2012

Segue abaixo a tabela com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus desmembramentos para o ano de 2000, referente aos dezesseis municípios estudados, a microrregião de Ribeirão Preto e ao estado de São Paulo:

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano

Município	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2000	IDH - renda, 2000	IDH - longevidade, 2000	IDH - educação, 2000
Barrinha	0,766	0,670	0,777	0,850
Brodowski	0,805	0,734	0,809	0,872
Cravinhos	0,815	0,751	0,822	0,871
Dumont	0,802	0,742	0,794	0,871
Guatapará	0,776	0,684	0,792	0,851
Jardinópolis	0,808	0,738	0,808	0,879
Luís Antônio	0,795	0,717	0,777	0,891
Pontal	0,792	0,753	0,777	0,845
Pradópolis	0,798	0,713	0,808	0,872
Ribeirão Preto	0,855	0,823	0,823	0,918
Santa Rita do Passa Quatro	0,832	0,800	0,823	0,873
Santa Rosa de Viterbo	0,804	0,724	0,789	0,899
São Simão	0,801	0,732	0,777	0,895
Serra Azul	0,742	0,669	0,719	0,839
Serrana	0,775	0,686	0,777	0,863
Sertãozinho	0,833	0,772	0,823	0,904
Microrregião Ribeirão Preto	0,834	0,788	0,814	0,901
Estado de SÃO PAULO	0,820	0,790	0,770	0,901

Fonte: Ipeadata, 2012

Pode-se observar na tabela que o IDH médio da microrregião de Ribeirão Preto é um pouco melhor que o IDH médio do estado de São Paulo, sendo os valores de 0,834 para a microrregião de Ribeirão Preto e 0,820 para o estado de São Paulo. O município que apresenta o melhor IDH é Ribeirão Preto, 0,855, e o pior IDH apresentado é o do município de Serra Azul, 0,742.

Observando-se apenas a variável IDH-Renda, nota-se que a maior parte dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto possui valores piores que a média estadual. Uma exceção é o município de Ribeirão Preto, que tem um IDH-Renda de 0,823, sendo novamente o melhor apresentado. Por outro lado, o município de Serra Azul também possui o pior IDH-Renda apresentado, com 0,669.

Já em relação ao IDH-Longevidade, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta valores melhores que o estado de São Paulo, tendo os municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho com os melhores números, 0,823. O único município com valor pior que a média estadual é Serra Azul, com 0,719.

Por fim, o IDH-Educação apresentado pela microrregião de Ribeirão Preto é igual ao apresentado pelo estado de São Paulo, 0,901. Serra Azul possui mais uma vez o pior valor

entre os municípios estudados, com 0,839. O melhor número é novamente de Ribeirão Preto, com IDH-Educação de 0,918.

Abaixo segue a tabela com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Humano (IFDM) e seus desmembramentos para o ano de 2009, referente aos dezesseis municípios estudados, a microrregião de Ribeirão Preto e ao estado de São Paulo:

Tabela 3. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

Município	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), 2009	IFDM - emprego e renda, 2009	IFDM - educação, 2009	IFDM - saúde, 2009
Barrinha	0,5753	0,0000	0,8981	0,8279
Brodowski	0,7558	0,4523	0,9298	0,8853
Cravinhos	0,7861	0,6072	0,8728	0,8784
Dumont	0,7357	0,4091	0,9026	0,8953
Guatapará	0,7326	0,4774	0,8867	0,8338
Jardinópolis	0,7689	0,6008	0,8512	0,8547
Luis Antônio	0,7730	0,6163	0,7979	0,9047
Pontal	0,7532	0,7128	0,8188	0,7280
Pradópolis	0,8141	0,6275	0,9250	0,8898
Ribeirão Preto	0,9239	0,9299	0,9213	0,9207
Santa Rita do Passa Quatro	0,7692	0,5310	0,9142	0,8625
Santa Rosa de Viterbo	0,7262	0,5407	0,8865	0,7514
São Simão	0,7353	0,4735	0,8898	0,8425
Serra Azul	0,6906	0,4115	0,8040	0,8562
Serrana	0,7689	0,6066	0,8697	0,8306
Sertãozinho	0,8139	0,6401	0,9360	0,8657
Microrregião Ribeirão Preto	0,8568	0,7741	0,9080	0,8883
Estado de SÃO PAULO	0,8796	0,8688	0,8909	0,8789

Fonte: Ipeadata, 2012

Nota-se na tabela que o IFDM médio da microrregião de Ribeirão Preto está um pouco abaixo do IFDM médio do estado de São Paulo, com valores de 0,8568 e 0,8796, respectivamente. O município que apresenta o melhor IFDM é Ribeirão Preto, 0,9239, sendo também o único com valor acima da média estadual. Já o pior IFDM apresentado é o do município de Barrinha, 0,5753, porém este número se deve pelo fato de Barrinha não ter apresentado a variável IFDM-Emprego & Renda. Sem esta observação, o número mais negativo fica com o município de Serra Azul, com 0,6906.

Em relação ao IFDM - Emprego & Renda, excluindo-se o município de Barrinha, Dumont apresenta o pior valor, 0,4091. Ribeirão Preto apresenta novamente o único valor acima da média do estado de São Paulo, 0,9299, o que faz a média da microrregião de

Ribeirão Preto ficar bem abaixo da média estadual, com valores de 0,7741 e 0,8688, respectivamente.

Já a variável IFDM-Educação apresenta 0,9080 para a média da microrregião de Ribeirão Preto e 0,8909 para a média do estado de São Paulo. Sertãozinho tem o melhor IFDM-Educação dentre os municípios estudados, com 0,9360, enquanto Luís Antônio tem o pior valor, 0,7979.

A última variável é o IFDM-Saúde, que traz 0,8883 para a média da microrregião de Ribeirão Preto e 0,8789 para a média do estado de São Paulo. Ribeirão Preto apresenta também o melhor IFDM-Saúde, com 0,9207, enquanto Pontal possui o pior valor e fica bem abaixo da média da microrregião de Ribeirão Preto, com 0,7280.

A seguir, será feita uma análise qualitativa dos indicadores econômicos, de renda, desigualdade, educação, saúde, sustentabilidade social, segurança pública e habitação e infraestrutura urbana dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, com o propósito de se compreender a situação de cada um destes municípios mais detalhadamente, e de comparar cada um destes indicadores com a realidade do estado de São Paulo.

4.1. Análise Qualitativa dos Indicadores

Primeiramente serão analisados os indicadores econômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, a fim de se entender melhor a economia de cada município, pois é a economia que cria condições para desenvolver todos os outros indicadores socioeconômicos que serão analisados posteriormente.

4.1.1. Indicadores econômicos

Segue abaixo a tabela com o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, para o ano de 2009:

Tabela 4. Indicadores Econômicos

Município	PIB (R\$), 2009	PIB do Estado SP (%), 2009	PIB per capita (R\$), 2009
Barrinha	267.717.000	0,025	9.853,77
Brodowski	215.118.000	0,020	10.501,25
Cravinhos	425.250.000	0,039	13.784,88
Dumont	86.997.000	0,008	10.423,80
Guatapará	92.287.000	0,009	14.460,47
Jardinópolis	487.729.000	0,045	13.016,17
Luís Antônio	613.365.000	0,057	51.439,62
Pontal	581.387.000	0,054	14.804,08
Pradópolis	574.455.000	0,053	34.566,19
Ribeirão Preto	14.688.064.000	1,355	26.083,97
Santa Rita do Passa Quatro	355.026.000	0,033	12.883,34
Santa Rosa de Viterbo	425.776.000	0,039	17.704,56
São Simão	217.419.000	0,020	15.173,37
Serra Azul	73.476.000	0,007	7.259,78
Serrana	702.957.000	0,065	17.763,08
Sertãozinho	4.155.643.000	0,383	37.438,57
Microrregião Ribeirão Preto	23.962.666.000	2,210	23.207,34
Estado de SÃO PAULO	1.084.353.000.000	100	26.202,22

Fonte: IBGE, 2012

Pode se observar que a microrregião de Ribeirão Preto representa 2,21% do PIB total do estado de São Paulo, com quase R\$24 bilhões. O município de Ribeirão Preto é responsável por mais da metade do PIB de sua microrregião, com mais de R\$14 bilhões, e Serra Azul tem o menor PIB, com um pouco mais de R\$73 milhões.

Em relação ao PIB *per capita*, Luís Antônio apresenta um número muito acima da média da microrregião e do estado, com R\$51.439,62. Isto se deve pelo fato deste município possuir uma grande área geográfica, onde são sediadas muitas usinas sucroalcooleiras e indústria de papel e celulose. Já o município de Serra Azul apresenta o pior PIB *per capita* dentre os analisados, com R\$7.259,78.

Continuando a análise da economia dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, abaixo segue a tabela com as receitas e despesas municipais e estadual para o ano de 2009:

Tabela 5. Indicadores Econômicos (Continuação)

Município	Receitas, 2009	Receitas do Estado SP (%), 2009	Despesas, 2009	Despesas do Estado SP (%), 2009
Barrinha	38.214.267	0,049	32.987.511	0,049
Brodowski	34.697.258	0,044	27.665.372	0,041
Cravinhos	54.553.681	0,070	46.435.658	0,069
Dumont	14.154.735	0,018	11.428.763	0,017
Guatapará	16.536.409	0,021	14.499.362	0,021
Jardinópolis	59.051.406	0,076	46.881.056	0,069
Luís Antônio	38.168.060	0,049	37.579.712	0,056
Pontal	53.564.477	0,069	43.454.311	0,064
Pradópolis	41.566.040	0,053	32.471.106	0,048
Ribeirão Preto	1.087.254.605	1,391	1.113.111.585	1,645
Santa Rita do Passa Quatro	51.317.420	0,066	41.609.305	0,062
Santa Rosa de Viterbo	37.671.853	0,048	30.597.967	0,045
São Simão	27.458.643	0,035	24.370.881	0,036
Serra Azul	14.429.594	0,018	11.315.863	0,017
Serrana	67.958.728	0,087	55.511.721	0,082
Sertãozinho	235.107.109	0,301	187.714.745	0,277
Microrregião Ribeirão Preto	1.871.704.285	2,395	1.757.634.918	2,598
Estado de SÃO PAULO	78.137.416.297	100	67.648.215.059	100

Fonte: IBGE, 2012

A microrregião de Ribeirão Preto representa 2,40% das receitas do estado de São Paulo, enquanto suas despesas representam 2,60% das despesas estaduais. O município de Ribeirão Preto é novamente responsável por cerca de 50% das receitas e das despesas de sua microrregião.

Nota-se que apenas os municípios de Luís Antônio, Ribeirão Preto e São Simão apresentam percentuais do total estadual de receitas menores em relação as suas despesas. Ribeirão Preto é também o único município analisado que apresentou mais despesas que receitas, totalizando quase R\$26 milhões a mais de despesas.

Finalizando a análise da economia da microrregião de Ribeirão Preto, é mostrada abaixo a tabela com a participação percentual da agropecuária, indústria e serviços no total do valor adicionado dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, no ano de 2009:

Tabela 6. Indicadores Econômicos (Continuação)

Município	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (%), 2009	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (%), 2009	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (%), 2009
Barrinha	3,68	31,51	64,81
Brodowski	8,60	13,69	77,70
Cravinhos	6,69	30,47	62,84
Dumont	9,85	17,11	73,04
Guatapará	29,82	12,42	57,76
Jardinópolis	9,66	21,97	68,37
Luis Antônio	13,09	57,96	28,96
Pontal	5,87	42,55	51,58
Pradópolis	2,39	62,14	35,47
Ribeirão Preto	0,32	18,67	81,01
Santa Rita do Passa Quatro	10,51	17,70	71,80
Santa Rosa de Viterbo	2,24	46,72	51,04
São Simão	27,03	14,75	58,22
Serra Azul	17,87	11,98	70,14
Serrana	1,08	18,30	80,62
Sertãozinho	0,81	58,65	40,54
Microrregião Ribeirão Preto	2,01	28,97	69,03
Estado de SÃO PAULO	1,84	31,70	66,46

Fonte: IBGE, 2012

As participações percentuais médias da agropecuária, indústria e serviços na microrregião de Ribeirão Preto são muito parecidas com a média do estado de São Paulo, sendo ambos muito pouco dependentes da agropecuária, que tem participação de aproximadamente 2% apenas, além de cerca de 30% de participação da indústria e quase 70% de participação de serviços.

Guatapará é o município com maior participação da agropecuária, representando 29,82% do total do valor adicionado. Já o município de Pradópolis possui a maior participação da indústria, participando com 62,14% do total do valor adicionado. Por fim, Ribeirão Preto é o município mais dependente do setor de serviços, totalizando 81,01% do total do valor adicionado.

A seguir serão analisados os indicadores de renda dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, comparando-os com a situação do estado de São Paulo.

4.1.2. Indicadores de renda

Segue abaixo a tabela com o percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho e renda proveniente de transferências governamentais dos municípios analisados e do estado de São Paulo, para o ano de 2000:

Tabela 7. Indicadores de Renda

Município	Renda proveniente de rendimentos do trabalho (%), 2000	Renda proveniente de transferências governamentais (%), 2000	Renda proveniente de transferências governamentais - mais de 50% da renda total (%), 2000
Barrinha	76,18	11,84	9,51
Brodowski	82,94	9,23	5,73
Cravinhos	75,24	9,64	6,73
Dumont	76,71	10,95	7,03
Guatapará	71,54	11,06	8,65
Jardinópolis	77,87	10,42	7,08
Luís Antônio	77,77	12,07	10,07
Pontal	77,83	9,87	6,24
Pradópolis	69,46	14,46	10,89
Ribeirão Preto	72,26	12,58	9,72
Santa Rita do Passa Quatro	70,65	15,86	12,63
Santa Rosa de Viterbo	67,96	17,42	15,20
São Simão	70,46	17,85	15,27
Serra Azul	74,59	13,59	10,75
Serrana	77,43	9,94	6,67
Sertãozinho	75,63	13,47	9,61
Microrregião Ribeirão Preto	73,55	12,49	9,47
Estado de SÃO PAULO	71,73	12,92	10,22

Fonte: Ipeadata, 2012

A renda proveniente de rendimentos do trabalho na microrregião de Ribeirão Preto representa 73,55% da renda total, enquanto a média do estado de São Paulo representa 71,73%. Brodowski é o município estudado que apresenta o maior percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho, com 82,94%, ao passo que Santa Rosa de Viterbo apresenta o menor percentual, 67,96%.

Já a renda proveniente de transferências governamentais é um pouco menor na microrregião de Ribeirão Preto em relação a média estadual, representando 12,49% e 12,92% da renda total, respectivamente. Aqui Brodowski é o município com o menor percentual em relação a renda total, com 9,23%, enquanto São Simão apresenta o maior percentual, totalizando 17,85%.

Olhando a população que tem mais da metade da renda familiar *per capita* proveniente de transferências governamentais, percebe-se que a diferença entre a microrregião de Ribeirão Preto e o estado de São Paulo aumenta um pouco, representando 9,47% e 10,22%, respectivamente. Brodowski também é o município com o menor percentual, 5,73%, e São Simão também apresenta o maior percentual, com 15,27%.

Continuando a análise dos indicadores de renda, segue abaixo a tabela com o percentual de pessoas pobres e indigentes de cada município estudado e do estado de São Paulo, para o ano de 2000:

Tabela 8. Indicadores de Renda (Continuação)

Município	Pobreza - pessoas pobres (%), 2000	Pobreza - pessoas indigentes (%), 2000
Barrinha	20,32	8,07
Brodowski	9,60	2,71
Cravinhos	11,46	3,31
Dumont	11,94	3,94
Guatapará	23,47	10,64
Jardinópolis	12,16	3,11
Luis Antônio	15,87	6,37
Pontal	15,66	5,52
Pradópolis	13,84	4,84
Ribeirão Preto	8,58	3,63
Santa Rita do Passa Quatro	8,43	2,69
Santa Rosa de Viterbo	17,72	4,92
São Simão	17,08	6,01
Serra Azul	22,84	6,65
Serrana	15,93	4,58
Sertãozinho	10,01	3,65
Microrregião Ribeirão Preto	10,62	3,99
Estado de SÃO PAULO	14,37	5,94

Fonte: Ipeadata, 2012

Observa-se na tabela acima que 10,62% da população da microrregião de Ribeirão se encontram na faixa de pobreza, enquanto 3,99% da população são indigentes. Em ambos, seus números são melhor que a média estadual, que possui 14,37% de pessoas pobres e 5,94% de indigentes. Santa Rita do Passa Quatro é o município com o menor percentual de pessoas pobres e indigentes, com 8,43% e 2,69%, respectivamente. Já Guatapará apresenta o maior percentual de pessoas pobres e indigentes, com 23,47% e 10,64%, respectivamente.

Para finalizar a análise dos indicadores de renda, segue abaixo a tabela com o rendimento médio de empregos formais dos municípios analisados e do estado de São Paulo, no ano de 2010:

Tabela 9. Indicadores de Renda (Continuação)

Município	Rendimento Médio de Empregos Formais (R\$), 2010
Barrinha	1.628,33
Brodowski	1.137,94
Cravinhos	1.517,92
Dumont	1.268,35
Guatapará	1.297,90
Jardinópolis	1.352,01
Luís Antônio	2.183,82
Pontal	1.866,74
Pradópolis	1.772,00
Ribeirão Preto	1.686,52
Santa Rita do Passa Quatro	1.351,53
Santa Rosa de Viterbo	1.459,89
São Simão	1.139,73
Serra Azul	1.293,47
Serrana	1.613,51
Sertãozinho	1.980,04
Microrregião Ribeirão Preto	1.667,14
Estado de SÃO PAULO	1.979,38

Fonte: Fundação Seade, 2012

O rendimento médio de empregos formais na microrregião de Ribeirão Preto fica cerca de R\$300,00 abaixo da média estadual, com R\$1.667,14 para o primeiro e R\$1.979,38 para o segundo. Pode se observar que Luís Antônio é o único município com rendimento médio de empregos formais acima da média estadual, com R\$2.183,82, enquanto o município com o menor rendimento médio de empregos formais é Brodowski, com R\$1.137,94.

A seguir será apresentada a análise dos indicadores de desigualdade dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto, bem como sua comparação com os indicadores do estado de São Paulo.

4.1.3. Indicadores de desigualdade

A tabela abaixo mostra o Índice de Gini, Índice L de Theil e a razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, para o ano de 2000:

Tabela 10. Indicadores de Desigualdade

Município	Índice de Gini, 2000	Índice L de Theil, 2000	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, 2000
Barrinha	0,47	0,348	10,70
Brodowski	0,43	0,314	8,38
Cravinhos	0,51	0,441	13,48
Dumont	0,49	0,401	12,39
Guatapará	0,51	0,422	14,62
Jardinópolis	0,51	0,435	13,40
Luis Antônio	0,52	0,453	14,80
Pontal	0,63	0,714	24,98
Pradópolis	0,44	0,324	8,77
Ribeirão Preto	0,56	0,556	18,30
Santa Rita do Passa Quatro	0,57	0,569	18,07
Santa Rosa de Viterbo	0,54	0,488	16,14
São Simão	0,53	0,473	15,88
Serra Azul	0,49	0,402	11,86
Serrana	0,45	0,323	9,47
Sertãozinho	0,52	0,467	14,33
Microrregião Ribeirão Preto	0,54	0,514	16,63
Estado de SÃO PAULO	0,59	0,607	21,97

Fonte: Ipeadata, 2012

O Índice de Gini médio da microrregião de Ribeirão Preto é de 0,54, ficando abaixo da média do estado de São Paulo, que é de 0,59, ou seja, o Índice de Gini médio da microrregião de Ribeirão Preto é melhor que o Índice de Gini médio estadual, pois quanto menor for o Índice de Gini, menor será a desigualdade. O município de Brodowski apresenta o melhor Índice de Gini, com 0,43, enquanto Pontal apresenta o pior, com 0,63, além de ser o único município analisado com Índice de Gini pior que a média estadual.

Já em relação ao Índice L de Theil, a média da microrregião de Ribeirão Preto é de 0,514, ficando também abaixo da média do estado de São Paulo, que é de 0,607, ou seja, o Índice L de Theil médio da microrregião de Ribeirão Preto também é melhor que o Índice L de Theil médio estadual, pois, assim como o Índice de Gini, quanto menor for o Índice L de Theil, menor será a desigualdade. O município de Brodowski também apresenta o melhor Índice L de Theil, com 0,314, enquanto Pontal também apresenta o pior, com 0,714, além de ser novamente o único município analisado com Índice L de Theil pior que a média estadual.

Finalmente, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres da microrregião de Ribeirão Preto é de 16,63, enquanto a média do estado de São Paulo é de 21,97. Mais uma vez o município menos desigual dentre os analisados é Brodowski, que

apresenta a menor razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, com 8,38, ao passo que Pontal é mais uma vez o município mais desigual, com 24,98, sendo mais uma vez o único município com valores piores que a média do estado de São Paulo.

A seguir serão analisados os indicadores de educação referentes aos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, comparando-os com a situação do estado de São Paulo.

4.1.4. Indicadores de educação

Segue abaixo a tabela com os percentuais de analfabetos, divididos por idade, dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, para o ano de 2000:

Tabela 11. Indicadores de Educação

Município	Analfabetos - pessoas 7 a 14 anos (%), 2000	Analfabetos - pessoas 15 anos e mais (%), 2000	Analfabetos - pessoas 25 anos e mais (%), 2000
Barrinha	7,65	12,24	15,43
Brodowski	2,62	7,60	10,40
Cravinhos	4,98	9,05	10,05
Dumont	5,78	9,56	11,79
Guatapará	4,48	12,48	14,82
Jardinópolis	4,14	7,58	9,14
Luis Antônio	4,33	8,58	11,43
Pontal	8,30	12,32	17,43
Pradópolis	8,15	11,50	13,93
Ribeirão Preto	4,14	4,44	5,18
Santa Rita do Passa Quatro	4,84	8,43	8,91
Santa Rosa de Viterbo	4,12	7,31	9,69
São Simão	4,75	6,38	8,57
Serra Azul	6,23	12,85	15,14
Serrana	6,72	9,19	12,64
Sertãozinho	4,84	8,39	9,92
Microrregião Ribeirão Preto	4,70	6,43	7,81
Estado de SÃO PAULO	5,16	6,24	7,93

Fonte: Ipeadata, 2012

O número de analfabetos entre 7 e 14 anos na microrregião de Ribeirão Preto é de 4,70%, ficando abaixo da média estadual, que é de 5,16%. Brodowski tem o menor percentual de analfabetos entre 7 e 14 anos, com apenas 2,62%, enquanto Pontal tem o maior percentual, com 8,30%.

Já em relação as pessoas analfabetas com 15 anos e mais, a microrregião de Ribeirão Preto tem um percentual um pouco maior que a média estadual, com 6,43% e 6,24%,

respectivamente. O município de Ribeirão Preto apresenta o menor percentual de analfabetos com 15 anos e mais, com 4,44%, e o maior percentual é do município de Serra Azul, com 12,85%.

Modificando a idade das pessoas analfabetas para 25 anos e mais, a microrregião de Ribeirão Preto passa a ter novamente um percentual menor que a média estadual, com 7,81% e 7,93%, respectivamente. O município de Ribeirão Preto apresenta mais uma vez o menor percentual de analfabetos com 25 anos e mais, com 5,18%, e o maior percentual pertence ao município de Pontal, com 17,43%.

Abaixo é apresentada a tabela com os percentuais de pessoas com acesso ao ensino, divididos por idade e tipo de ensino, dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, no ano de 2000:

Tabela 12. Indicadores de Educação (Continuação)

Município	Crianças de 7 a 14 anos com acesso ao ensino fundamental (%), 2000	Adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio (%), 2000	Pessoas de 18 a 24 anos com acesso ao ensino superior (%), 2000	Pessoas de 25 anos e mais com acesso ao ensino superior (%), 2000
Barrinha	93,25	45,91	2,08	0,96
Brodowski	97,37	46,48	7,93	1,38
Cravinhos	95,33	52,02	8,17	2,79
Dumont	93,43	53,83	3,97	1,16
Guatapará	91,76	41,42	1,76	0,62
Jardinópolis	91,82	50,31	6,34	2,03
Luis Antônio	96,61	61,37	2,02	0,57
Pontal	95,32	33,44	2,28	1,70
Pradópolis	96,41	47,15	5,10	1,88
Ribeirão Preto	95,70	62,52	16,50	7,35
Santa Rita do Passa Quatro	92,52	63,39	13,01	4,01
Santa Rosa de Viterbo	92,21	42,85	6,60	1,23
São Simão	96,92	54,42	6,39	1,99
Serra Azul	95,45	41,23	1,45	1,40
Serrana	93,99	48,35	3,06	1,32
Sertãozinho	96,57	56,08	11,77	3,78
Microrregião Ribeirão Preto	95,36	57,35	12,56	5,26
Estado de SÃO PAULO	94,75	55,64	10,92	4,89

Fonte: Ipeadata, 2012

O percentual de pessoas entre 7 e 14 anos de idade com acesso ao ensino fundamental na microrregião de Ribeirão Preto é de 95,36%, ficando um pouco acima da média estadual, que é de 94,75%. Brodowski é o município com o maior percentual de pessoas entre 7 e 14

anos de idade com acesso ao ensino fundamental, com 97,37%, enquanto Guatapará tem o menor percentual, com 91,76%.

Falando do percentual de pessoas entre 15 e 17 anos de idade com acesso ao ensino médio, a microrregião de Ribeirão Preto possui 57,35%, também ficando acima da média estadual, que é de 55,64%. Santa Rita do Passa Quatro é o município com o maior percentual de pessoas entre 15 e 17 anos de idade com acesso ao ensino médio, com 63,39%, enquanto Pontal tem o menor percentual, com apenas 33,44%.

Se tratando do percentual de pessoas entre 18 e 24 anos com acesso ao ensino superior, a microrregião de Ribeirão Preto possui 12,56%, ficando novamente acima da média do estado de São Paulo, que é de 10,92%. O município de Ribeirão Preto apresenta o maior percentual de pessoas entre 18 e 24 anos com acesso ao ensino superior, com 16,50%, enquanto Serra Azul tem o menor percentual dentre os municípios estudados, com somente 1,45%.

Por fim, o percentual de pessoas entre com 25 anos ou mais com acesso ao ensino superior da microrregião de Ribeirão Preto é de 5,26%, também maior que média do estado de São Paulo, que é de 4,89%. O município de Ribeirão Preto apresenta mais uma vez o maior percentual de pessoas com 25 anos ou mais com acesso ao ensino superior, com 7,35%, enquanto Luís Antônio tem o menor percentual dentre os municípios analisados, com 0,57%.

Observa-se em relação as últimas três faixa etárias que a maior parte dos municípios analisados neste trabalho possuem percentuais menores que a média do estado de São Paulo, porém o município de Ribeirão Preto faz a média de sua microrregião subir e ultrapassar a média estadual.

A tabela a seguir mostra os valores percentuais dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo de anos de estudo para pessoas de 25 anos de idade ou mais, e a população entre 18 e 24 anos de idade com o ensino médio completo, para o ano de 2000:

Tabela 13. Indicadores de Educação (Continuação)

Município	Anos de estudo - menos de 4 - pessoas 25 anos e mais (%) , 2000	Anos de estudo - menos de 8 - pessoas 25 anos e mais (%) , 2000	Anos de estudo - mais de 11 - pessoas 25 anos e mais (%) , 2000	População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (%), 2000
Barrinha	41,88	80,02	2,74	18,28
Brodowski	33,47	70,08	8,23	40,28
Cravinhos	30,34	66,37	8,03	33,59
Dumont	32,65	71,49	6,05	35,55
Guatapará	35,99	73,60	2,71	20,60
Jardinópolis	30,21	67,78	7,22	36,27
Luis Antônio	29,19	64,90	5,20	28,53
Pontal	44,51	79,21	3,99	15,89
Pradópolis	33,61	69,77	5,47	36,92
Ribeirão Preto	17,55	48,22	18,55	49,29
Santa Rita do Passa Quatro	27,62	60,00	10,54	55,53
Santa Rosa de Viterbo	27,27	66,26	7,98	33,97
São Simão	24,10	61,30	8,39	35,93
Serra Azul	41,80	77,53	4,06	26,77
Serrana	33,37	73,96	4,32	32,10
Sertãozinho	30,28	65,30	9,67	32,89
Microrregião Ribeirão Preto	23,88	56,93	13,79	42,23
Estado de SÃO PAULO	22,75	55,97	13,12	41,88

Fonte: Ipeadata, 2012

O percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade com menos de 4 anos de estudo na microrregião de Ribeirão Preto é de 23,88%, ficando em uma situação pior que a média estadual, que é de 22,75%. O município com a pior situação é Pontal, com 44,51%, enquanto a melhor situação é de Ribeirão Preto, com 17,55%. Ribeirão Preto é também o único município analisado com percentual de pessoas com 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo abaixo da média estadual.

Quando se trata do percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade com menos de 8 anos de estudo, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta 56,93%, ficando novamente em uma situação pior que a média estadual, que é de 55,97%. O município com os piores valores apresentados é Barrinha, com 80,02%, enquanto a melhor situação é novamente de Ribeirão Preto, com 48,22%. Ribeirão Preto é mais uma vez o único município analisado com percentual de pessoas com 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo abaixo da média do estado de São Paulo.

Já em relação ao percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade com mais de 11 anos de estudo, a microrregião de Ribeirão Preto possui 13,79%, apresentando agora números melhores que a média estadual, que é de 13,12%. O município que apresenta a pior situação é

Guatapará, com 2,71%, enquanto a melhor situação é novamente de Ribeirão Preto, com 18,55%. Ribeirão Preto é outra vez o único município analisado com percentual de pessoas com 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo acima da média estadual, o que fez a média de sua microrregião superar a média estadual.

Por fim, o percentual de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que completaram o ensino médio na microrregião de Ribeirão Preto totaliza 42,23%, ficando um pouco acima da média estadual, que é de 41,88%. Pontal é o município que apresenta o pior percentual, com 15,89%, ficando muito abaixo da média da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo. Já o maior percentual fica com o município de Santa Rita do Passa Quatro, com 55,53%. Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto são os únicos municípios estudados que tem um percentual de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que completaram o ensino médio maior que a média do estado de São Paulo.

Para finalizar a análise dos indicadores de educação, a tabela abaixo mostra a taxa de evasão escolar do ensino fundamental e do ensino médio dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, no ano de 2010:

Tabela 14. Indicadores de Educação (Continuação)

Município	Taxa de Evasão do Ensino Fundamental Total (%), 2010	Taxa de Evasão do Ensino Médio Total (%), 2010
Barrinha	0,2	0,2
Brodowski	0,5	6,3
Cravinhos	1,0	4,0
Dumont	-	-
Guatapará	-	-
Jardinópolis	1,7	9,3
Luís Antônio	-	8,0
Pontal	0,5	4,6
Pradópolis	-	3,8
Ribeirão Preto	1,0	5,4
Santa Rita do Passa Quatro	0,9	7,1
Santa Rosa de Viterbo	1,0	5,0
São Simão	0,1	1,7
Serra Azul	1,8	6,4
Serrana	0,4	2,4
Sertãozinho	1,6	6,1
Microrregião Ribeirão Preto	1,0	5,2
Estado de SÃO PAULO	0,9	4,5

Fonte: Fundação Seade, 2012

A taxa de evasão escolar do ensino fundamental da microrregião de Ribeirão Preto é de 1,0%, ficando um pouco acima da média do estado de São Paulo, que é de 0,9%. Dentre os municípios analisados, o que teve menor taxa de evasão escolar do ensino fundamental foi São Simão, com 0,1%, enquanto Serra Azul apresentou a pior taxa, com 1,8%.

Já em relação a de evasão escolar do ensino médio, a microrregião de Ribeirão Preto apresentou uma taxa média acima da média do estado de São Paulo, com 5,2% e 4,5%, respectivamente. Dentre os municípios analisados, o que teve menor taxa de evasão escolar do ensino médio foi Barrinha, com apenas 0,2%, enquanto Jardinópolis apresentou a pior taxa, com 9,3%.

Os próximos indicadores a serem analisados são os indicadores de saúde, referentes aos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e ao estado de São Paulo.

4.1.5. Indicadores de saúde

A tabela a seguir mostra os números relativos as taxas de natalidade e mortalidade infantil dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, para o ano de 2010:

Tabela 15. Indicadores de Saúde

Município	Taxa de Natalidade (Por mil habitantes), 2010	Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos), 2010	Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos), 2010
Barrinha	17,18	8,46	26,58
Brodowski	11,96	3,46	15,87
Cravinhos	12,98	2,46	2,43
Dumont	11,94	11,63	10,31
Guatapará	12,21	9,71	11,76
Jardinópolis	13,43	14,14	7,92
Luís Antônio	14,23	17,75	-
Pontal	16,77	9,58	16,34
Pradópolis	15,06	17,39	7,66
Ribeirão Preto	13,52	9,78	10,78
Santa Rita do Passa Quatro	11,22	11,72	10,10
Santa Rosa de Viterbo	12,12	12,82	20,76
São Simão	11,79	5,24	5,92
Serra Azul	10,97	15,63	8,13
Serrana	15,97	7,74	9,68
Sertãozinho	14,55	12,03	15,63
Microrregião Ribeirão Preto	13,67	10,21	11,56
Estado de SÃO PAULO	14,59	11,55	13,69

Fonte: Fundação Seade, 2012

A taxa de natalidade por mil habitantes da microrregião de Ribeirão Preto é de 13,67, ficando abaixo da média do estado de São Paulo, que é de 14,59. Dentre os municípios analisados, o que teve menor taxa de natalidade por mil habitantes foi Santa Rita do Passa Quatro, com 11,22, ao passo que Barrinha apresentou a maior taxa, com 17,18.

Já a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos da microrregião de Ribeirão Preto também é menor que a taxa média do estado de São Paulo, com 10,21 e de 11,55, respectivamente. O município de Cravinhos apresenta a menor taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos dentre os municípios analisados, com 2,46, enquanto Luís Antônio apresentou a maior taxa, com 17,75.

Em relação a taxa de mortalidade na infância por mil nascidos vivos, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta mais uma vez valores menores que a taxa média do estado de São Paulo, com 11,56 e de 13,69, respectivamente. O município de Cravinhos também apresenta a menor taxa de mortalidade na infância por mil nascidos vivos, com 2,43, enquanto Barrinha possui a maior taxa, com 26,58.

Segue abaixo a tabela com os percentuais de mães adolescentes, mães que tiveram sete ou mais consultas pré-natal e de nascimentos de baixo peso, relativos aos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto e ao estado de São Paulo, para o ano de 2010:

Tabela 16. Indicadores de Saúde (Continuação)

Município	Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (%), 2010	Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (%), 2010	Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (%), 2010
Barrinha	10,84	85,28	10,28
Brodowski	10,71	78,09	10,76
Cravinhos	9,00	76,92	9,25
Dumont	7,22	85,57	12,37
Guatapará	9,41	81,48	11,76
Jardinópolis	10,69	74,60	9,34
Luis Antônio	8,13	87,82	8,18
Pontal	11,89	53,74	11,13
Pradópolis	11,11	63,57	10,00
Ribeirão Preto	6,02	82,52	9,84
Santa Rita do Passa Quatro	7,74	78,98	8,75
Santa Rosa de Viterbo	6,92	51,39	8,30
São Simão	5,92	91,02	8,28
Serra Azul	8,94	87,60	13,11
Serrana	7,58	73,67	9,21
Sertãozinho	6,88	76,39	8,82
Microrregião Ribeirão Preto	7,56	79,06	9,72
Estado de SÃO PAULO	6,96	78,11	9,15

Fonte: Fundação Seade, 2012

O percentual de mães adolescentes na microrregião de Ribeirão Preto é de 7,56%, ficando acima da média do estado de São Paulo, que é de 6,96%. São Simão tem o menor percentual de mães adolescentes, com 5,92%, e o município de Pontal tem o maior percentual, com 11,89%.

Em relação ao percentual de mães que tiveram sete ou mais consultas de pré-natal, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta 79,06%, número também superior a média do estado de São Paulo, que é de 78,11%. Santa Rosa de Viterbo é o município com o menor percentual de mães que tiveram sete ou mais consultas de pré-natal, com 51,39%, e o município de São Simão apresenta o maior percentual, com 91,02%.

Em relação ao percentual de nascimentos de baixo peso, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta mais uma vez número maior que a média estadual, 9,72% e 9,15%,

respectivamente. Luís Antônio apresenta o menor percentual de nascimentos de baixo peso, com 8,18%, e Serra Azul apresenta o maior percentual, totalizando 13,11%.

A próxima tabela traz o número de médicos residentes e o percentual de enfermeiros com curso superior, relativos aos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e ao estado de São Paulo, para o ano de 2000:

Tabela 17. Indicadores de Saúde (Continuação)

Município	Médicos residentes (por mil habitantes), 2000	Enfermeiros residentes com curso superior (%), 2000
Barrinha	0,29	6,67
Brodowski	0	9,06
Cravinhos	0,29	17,63
Dumont	0	3,10
Guatapará	0	5,29
Jardinópolis	0,52	0,11
Luis Antônio	0	3,23
Pontal	0,27	14,61
Pradópolis	0,72	1,38
Ribeirão Preto	4,68	26,90
Santa Rita do Passa Quatro	1,77	9,87
Santa Rosa de Viterbo	0	0,33
São Simão	0,44	1,24
Serra Azul	0	2,01
Serrana	0	32,49
Sertãozinho	1,10	6,28
Microrregião Ribeirão Preto	2,97	19,55
Estado de SÃO PAULO	1,60	13,83

Fonte: Ipeadata, 2012

A microrregião de Ribeirão Preto possui 2,97 médicos residentes por mil habitantes, enquanto a média do estado de São Paulo é de 1,60. Em quase todos os municípios analisados, o número de médicos residentes por mil habitantes é praticamente nulo, pois há grande concentração destes serviços no município de Ribeirão Preto, que tem 4,68 médicos residentes por mil habitantes, e acaba sendo responsável pelo atendimento de pacientes das cidades próximas.

Já em relação ao percentual de enfermeiros residentes com curso superior, a microrregião de Ribeirão Preto possui 19,55%, enquanto a média do estado de São Paulo é de 13,83%. Serrana é o município com o maior percentual de enfermeiros residentes com curso superior, com 32,49%, enquanto o menor percentual apresentado é do município de Jardinópolis, com apenas 0,11%.

A seguir serão analisados os indicadores de sustentabilidade social dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo.

4.1.6. Indicadores de sustentabilidade social

Segue abaixo a tabela com a taxa de crescimento anual da população e o seu índice de envelhecimento, relativos aos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e ao estado de São Paulo, para o ano de 2010:

Tabela 18. Indicadores de Sustentabilidade Social

Município	Taxa de Crescimento Anual da População - 2000/2010 (% a.a.), 2010	Índice de Envelhecimento (%), 2010
Barrinha	1,65	29,52
Brodowski	2,11	56,88
Cravinhos	1,11	51,25
Dumont	2,59	45,57
Guatapará	0,90	47,67
Jardinópolis	2,06	48,95
Luís Antônio	4,64	29,88
Pontal	3,09	28,45
Pradópolis	3,01	42,90
Ribeirão Preto	1,82	65,02
Santa Rita do Passa Quatro	0,14	105,52
Santa Rosa de Viterbo	1,08	68,29
São Simão	0,49	66,76
Serra Azul	4,20	44,32
Serrana	1,79	32,70
Sertãozinho	1,52	47,51
Microrregião Ribeirão Preto	1,82	58,24
Estado de SÃO PAULO	1,09	53,79

Fonte: Fundação Seade, 2012

O percentual de crescimento médio da população na microrregião de Ribeirão Preto é de 1,82%, que é maior que o percentual médio do estado de São Paulo, com 1,09%. Santa Rita do Passa Quatro tem o menor percentual de crescimento médio da população, com 0,14%, enquanto o município com o maior percentual é Luís Antônio, com 4,64%.

O índice de envelhecimento da população na microrregião de Ribeirão Preto também é maior que o índice médio do estado de São Paulo, com 58,24% e 53,79%, respectivamente.

Pontal tem o menor índice de envelhecimento da população, com 28,45%, enquanto o município com o maior percentual é Santa Rita do Passa Quatro, com 105,52%.

Continuando a análise dos indicadores de sustentabilidade social, segue abaixo a tabela com a taxa de fecundidade dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, no ano de 2000:

Tabela 19. Indicadores de Sustentabilidade Social (Continuação)

Município	Taxa de fecundidade (%), 2000
Barrinha	2,94
Brodowski	2,25
Cravinhos	2,35
Dumont	2,11
Guatapará	2,88
Jardinópolis	2,84
Luis Antônio	2,75
Pontal	2,87
Pradópolis	2,16
Ribeirão Preto	1,89
Santa Rita do Passa Quatro	1,89
Santa Rosa de Viterbo	2,26
São Simão	2,53
Serra Azul	3,11
Serrana	2,52
Sertãozinho	1,89
Microrregião Ribeirão Preto	2,09
Estado de SÃO PAULO	2,05

Fonte: Ipeadata, 2012

As taxas de fecundidade médias da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo são bem parecidas, sendo de 2,09% para o primeiro e 2,05% para o segundo. Serra Azul é o município que apresenta a maior taxa de fecundidade, com 3,11%, enquanto três municípios aparecem com a menor taxa, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho, cada um com uma taxa de fecundidade de 1,89%.

A seguir serão analisados os indicadores de habitação e infraestrutura urbana dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, para serem comparados com a situação do estado de São Paulo.

4.1.7. Indicadores de habitação e infraestrutura urbana

Segue abaixo a tabela com os valores percentuais de domicílios com espaço suficiente e de domicílios com infraestrutura interna urbana adequada dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, para o ano de 2000:

Tabela 20. Indicadores de Habitação e Infraestrutura Urbana

Município	Domicílios com Espaço Suficiente (%), 2000	Domicílios com Infraestrutura Interna Urbana Adequada (%), 2000
Barrinha	74,91	96,27
Brodowski	90,95	97,74
Cravinhos	94,11	98,94
Dumont	90,05	97,95
Guatapará	78,18	99,09
Jardinópolis	90,52	96,09
Luís Antônio	91,02	98,81
Pontal	76,41	96,67
Pradópolis	89,06	98,98
Ribeirão Preto	91,07	96,16
Santa Rita do Passa Quatro	95,78	98,29
Santa Rosa de Viterbo	93,49	99,29
São Simão	94,58	98,72
Serra Azul	91,02	95,17
Serrana	83,29	99,33
Sertãozinho	86,94	96,93
Microrregião Ribeirão Preto	89,19	96,49
Estado de SÃO PAULO	83,16	89,29

Fonte: Fundação Seade, 2012

O percentual de domicílios com espaço suficiente da microrregião de Ribeirão Preto é de 89,19%, sendo melhor que o percentual do estado de São Paulo, que é de 83,16%. Santa Rita do Passa Quatro é o município com o maior percentual de domicílios com espaço suficiente, totalizando 95,78%, enquanto Barrinha apresenta o menor percentual, com apenas 74,91%.

Em relação aos domicílios com infraestrutura interna urbana adequada, a microrregião de Ribeirão Preto também apresenta um percentual bem acima da média estadual, totalizando 96,49% para o primeiro e 89,29% para o segundo. Serrana é o município analisado com o maior percentual de domicílios com infraestrutura interna urbana adequada, com 99,33%, e Serra Azul apresenta o pior percentual, com 95,17%, porém ainda assim está bem acima da média estadual.

Finalizando a análise dos indicadores de habitação e infraestrutura urbana, segue abaixo a tabela com o nível de atendimento de coleta de lixo, abastecimento de água e rede geral de esgoto sanitário dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, no ano de 2000:

Tabela 21. Indicadores de Habitação e Infraestrutura Urbana (Continuação)

Município	Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (%), 2000	Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (%), 2000	Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (%), 2000
Barrinha	98,90	99,04	98,61
Brodowski	98,92	98,59	97,95
Cravinhos	99,59	99,38	98,92
Dumont	99,87	99,61	98,52
Guatapará	99,45	99,63	98,99
Jardinópolis	99,43	99,72	99,51
Luís Antônio	99,70	99,76	99,58
Pontal	99,14	99,74	97,75
Pradópolis	99,77	99,94	99,65
Ribeirão Preto	99,35	98,05	95,77
Santa Rita do Passa Quatro	99,64	99,86	97,84
Santa Rosa de Viterbo	99,72	99,50	98,56
São Simão	99,52	99,58	99,11
Serra Azul	98,75	97,33	96,59
Serrana	99,46	99,81	99,20
Sertãozinho	98,85	99,13	96,97
Microrregião Ribeirão Preto	99,34	98,37	97,38
Estado de SÃO PAULO	98,90	97,38	85,72

Fonte: Fundação Seade, 2012

A microrregião de Ribeirão Preto possui um nível de atendimento de coleta de lixo de 99,34%, enquanto a média do estado de São Paulo é de 98,90%. Dumont tem o maior nível de atendimento de coleta de lixo dentre os municípios analisados, totalizando 99,87%, enquanto o município com o menor percentual é Serra Azul, com 98,75%.

Analizando o nível de atendimento de abastecimento de água, nota-se que microrregião de Ribeirão Preto possui um percentual de atendimento de 98,37%, e a média estadual é de 97,38%. Serra Azul apresenta o pior nível de atendimento de abastecimento de água dentre os municípios estudados, com 97,33%, sendo também o único município da microrregião de Ribeirão Preto com números abaixo da média estadual. Já Pradópolis apresenta o melhor nível de atendimento nível de abastecimento de água, totalizando 99,94%.

Por fim, a análise do nível de atendimento da rede geral de esgoto sanitário mostra uma grande diferença entre média da microrregião de Ribeirão Preto e a média do estado de São Paulo, com valores de 97,38% e 85,72%, respectivamente. Ribeirão Preto tem o nível mais baixo de atendimento da rede geral de esgoto sanitário dentre os municípios analisados, com 95,77%, ficando ainda bem acima da média do estado de São Paulo. Já o município de Pradópolis apresenta novamente o maior nível de atendimento, totalizando 99,65%.

Os últimos indicadores a serem analisados serão os indicadores de segurança pública relativos aos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, comparando-os com a situação do estado de São Paulo.

4.1.8. Indicadores de segurança pública

A tabela abaixo mostra a taxa de número de ocorrências policiais, ocorrências de crime contra a pessoa e ocorrências de crimes contra o patrimônio dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, no ano de 2007:

Tabela 22. Indicadores de Segurança Pública

Município	Taxa de Número de Ocorrências Policiais (1.000 Habitantes), 2007	Taxa de Ocorrências de Crimes Contra a Pessoa (1.000 Habitantes), 2007	Taxa Ocorrências de Crimes Contra o Patrimônio (1.000 Habitantes), 2007
Barrinha	52,01	13,65	15,02
Brodowski	74,62	23,97	27,62
Cravinhos	65,57	19,12	23,48
Dumont	45,19	16,58	12,53
Guatapará	52,68	15,79	23,54
Jardinópolis	99,28	25,86	29,77
Luis Antônio	23,66	7,18	9,66
Pontal	40,93	12,45	13,84
Pradópolis	64,28	20,08	19,62
Ribeirão Preto	83,45	17,47	34,29
Santa Rita do Passa Quatro	53,74	11,63	20,58
Santa Rosa de Viterbo	77,11	24,77	15,09
São Simão	60,37	21,89	17,50
Serra Azul	27,45	4,53	5,77
Serrana	84,88	21,50	26,96
Sertãozinho	68,94	19,82	23,97
Microrregião Ribeirão Preto	75,95	17,91	28,85
Estado de SÃO PAULO	66,82	15,59	27,33

Fonte: Fundação Seade, 2012

A taxa de números de ocorrências policiais por mil habitantes da microrregião de Ribeirão Preto é bem maior que a média do estado de São Paulo, sendo de 75,95 para o primeiro e 66,82 para o segundo. Luís Antônio é o município que apresenta a melhor taxa de números de ocorrência policiais por mil habitantes, com 23,66, enquanto Jardinópolis aparece com a pior taxa, com 99,28.

Analizando taxa de ocorrências de crimes contra a pessoa por mil habitantes da microrregião de Ribeirão Preto, verifica-se sua média também é maior que a média do estado de São Paulo, sendo de 17,91 para o primeiro e 15,59 para o segundo. Serra Azul é o município com a menor taxa ocorrências de crimes contra a pessoa por mil habitantes, com 4,53, enquanto Jardinópolis apresenta outra vez a maior taxa, com 25,86.

Já em relação a taxa de ocorrências de crimes contra o patrimônio por mil habitantes, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta novamente valores maiores que a média estadual, com 28,85 para o primeiro e 27,33 para o segundo. Serra Azul apresenta também a melhor taxa ocorrências de crimes contra o patrimônio por mil habitantes, dentre os municípios analisados, com 4,53, ao passo que Ribeirão Preto apresenta a pior taxa, com 34,29.

Para finalizar a análise dos indicadores de segurança pública dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, segue abaixo a tabela com a taxa de vítimas de acidentes de trânsito, taxa de homicídios e taxa de suicídios, para o ano de 2009:

Tabela 23. Indicadores de Segurança Pública (Continuação)

Município	Taxa de vítimas de acidentes de trânsito (100.000 Habitantes), 2009	Taxa de homicídios (100.000 Habitantes), 2009	Taxa de suicídios (100.000 Habitantes), 2009
Barrinha	3,68	-	7,36
Brodowski	-	9,76	-
Cravinhos	16,21	6,48	-
Dumont	-	-	-
Guatapará	47,06	-	-
Jardinópolis	18,68	13,34	2,67
Luís Antônio	16,78	16,78	
Pontal	7,64	7,64	5,09
Pradópolis	54,15	18,05	-
Ribeirão Preto	26,28	11,01	6,04
Santa Rita do Passa Quatro	10,89	-	7,26
Santa Rosa de Viterbo	8,32	-	4,16
São Simão	34,89	6,98	-
Serra Azul	98,78	19,76	9,88
Serrana	5,05	7,58	-
Sertãozinho	16,22	10,81	6,31
Microrregião Ribeirão Preto	22,06	9,82	5,06
Estado de SÃO PAULO	17,20	15,27	4,74

Fonte: Ipeadata, 2012

Observa-se que a taxa de vítimas fatais de acidentes de trânsito por mil habitantes da microrregião de Ribeirão Preto é de 22,06, ficando acima da média do estado de São Paulo, que é de 17,20. Dentre os municípios analisados, Brodowski e Dumont não apresentaram vítimas fatais de acidentes de trânsito, enquanto Serra Azul apresenta a maior taxa, com 98,78, que está muito acima da média da microrregião de Ribeirão Preto.

Sobre a taxa de homicídios por mil habitantes, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta valores abaixo da média estadual, com 9,82 e 15,27, respectivamente. Dentre os municípios estudados, Serra Azul possui a maior taxa de homicídios por mil habitantes, totalizando 19,76, enquanto os municípios de Barrinha, Dumont, Guatapará, Santa Rita do Passa Quatro e Santa Rosa de Viterbo não apresentaram homicídios.

Finalmente, a taxa média de suicídios por mil habitantes da microrregião de Ribeirão Preto é maior que a média estadual, sendo de 5,06 para o primeiro e 4,74 para o segundo. Serra Azul também é o município com a maior taxa de suicídios por mil habitantes, totalizando 9,88. Por outro lado, os municípios de Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Luís Antônio, Pradópolis, São Simão e Serrana não tiveram casos de suicídio.

As tabelas abaixo trazem quadros comparativos com os aspectos socioeconômicos analisados durante este trabalho. A primeira tabela traz a comparação dos indicadores da média da microrregião de Ribeirão Preto com a média do estado de São Paulo, descrevendo se os indicadores do primeiro são superiores, similares ou inferiores aos indicadores do segundo. Em seguida são apresentados os quadros resumidos dos indicadores dos dezesseis municípios analisados, comparados com as médias da microrregião de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo.

Tabela 24. Quadro geral da microrregião de Ribeirão Preto

Microrregião de Ribeirão Preto	
Indicadores	Comparação Estado SP
Economia	Similar
Renda	Similar
Desigualdade	Superior
Educação	Similar
Saúde	Similar
Sustentabilidade Social	Similar
Segurança Pública	Inferior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior

Nota-se no quadro acima que a maior parte dos indicadores da microrregião de Ribeirão Preto é parecida com a média do estado de São Paulo. Economia, renda, educação e saúde estão basicamente concentradas no município de Ribeirão Preto, e os outros municípios menores da microrregião se tornam muito dependentes de Ribeirão Preto para empregos, hospitais e educação superior. A segurança pública da microrregião de Ribeirão Preto está pior que a média estadual quando se diz respeito a situações mais corriqueiras, como ocorrências policiais, acidentes de trânsito e crimes contra pessoa e patrimônio, porém em relação a homicídios, a média estadual está bem mais crítica que a microrregião de Ribeirão Preto. Também é importante ressaltar que em termos de habitação e infraestrutura urbana

todos os municípios da microrregião de Ribeirão Preto estão em melhores condições que a média do estado de São Paulo.

Segue abaixo o quadro geral do município de Barrinha:

Tabela 25. Quadro geral do município de Barrinha

Barrinha		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Inferior	Inferior
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Similar	Superior

O quadro acima revela Barrinha como um município muito pobre e carente de melhorias sociais, sendo um dos municípios analisados com os piores indicadores socioeconômicos.

Segue abaixo o quadro geral do município de Brodowski:

Tabela 26. Quadro geral do município de Brodowski

Brodowski		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Similar	Superior

O município de Brodowski possui melhores indicadores de renda, saúde e educação que Barrinha, porém ainda é muito dependente de Ribeirão Preto para estes serviços. O destaque positivo de Brodowski é ser o município com menor desigualdade da microrregião de Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de Cravinhos:

Tabela 27. Quadro geral do município de Cravinhos

Cravinhos		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Superior	Superior
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

Cravinhos mostra-se como um dos municípios analisados com os melhores indicadores, principalmente se tratando de saúde. Em relação aos outros municípios menores, Cravinhos tem mais investimento nesta área, porém também é dependente de Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de Dumont:

Tabela 28. Quadro geral do município de Dumont

Dumont		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Similar	Similar
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

Dumont é um município com indicadores medianos entre os estudados, não se destacando muito em nenhuma área, mas também não apresentando indicadores muito críticos.

Segue abaixo o quadro geral do município de Guatapará:

Tabela 29. Quadro geral do município de Guatapará

Guatapará		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Similar	Similar
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Similar	Superior

Guatapará possui baixos indicadores econômicos por ser muito dependente da agricultura de subsistência. É um município com extrema pobreza, que atinge mais de 23% da população. A educação também é uma das piores da microrregião de Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de Jardinópolis:

Tabela 30. Quadro geral do município de Jardinópolis

Jardinópolis		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Inferior	Inferior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

Jardinópolis se mostra como um dos municípios mais violentos da microrregião de Ribeirão Preto. Em relação aos outros aspectos, mantém-se em posição mediana dentre os municípios analisados.

Segue abaixo o quadro geral do município de Luís Antônio:

Tabela 31. Quadro geral do município de Luís Antônio

Luís Antônio		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Superior	Superior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Similar	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Inferior	Inferior
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

Luís Antônio possui indicadores econômicos extremamente acima da média da microrregião de Ribeirão Preto, pois é um dos municípios com uma das menores populações dentre os estudados, porém possui a segunda maior área geográfica, ficando atrás somente de Ribeirão Preto, e no município de Luís Antônio estão sediadas várias usinas sucroalcooleiras e indústria de celulose e papel. Também é um dos municípios com melhores indicadores de segurança pública na microrregião de Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de Pontal:

Tabela 32. Quadro geral do município de Pontal

Pontal		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Inferior	Similar
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Inferior	Inferior
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Similar	Superior

Pontal tem talvez a pior situação socioeconômica, de um modo geral, dentre os municípios da microrregião de Ribeirão Preto. É um município extremamente desigual, devido principalmente ao grande volume de empregos informais nas plantações de cana-de-açúcar. Também vem apresentando um crescimento desordenado de sua população.

Segue abaixo o quadro geral do município de Pradópolis:

Tabela 33. Quadro geral do município de Pradópolis

Pradópolis		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Superior	Superior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Inferior	Inferior
Segurança Pública	Superior	Similar
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

Pradópolis, assim como Luís Antônio, tem bons indicadores econômicos devido a presença de usinas sucroalcooleiras. Pradópolis também se mostra como um dos municípios menos desiguais da microrregião de Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de Ribeirão Preto:

Tabela 34. Quadro geral do município de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Superior	Similar
Renda	Superior	Superior
Desigualdade	Similar	Similar
Educação	Superior	Superior
Saúde	Superior	Superior
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Inferior	Inferior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Similar	Superior

O município de Ribeirão Preto é o principal motor da economia de sua microrregião, além de ser também um grande pólo de ensino e saúde, o que o torna responsável por atender todos os municípios vizinhos. É um município mais desigual e mais inseguro que a maioria dos municípios menores da microrregião, o que acaba sendo normal por ser um município grande e que atrai mais pessoas buscando oportunidades.

Segue abaixo o quadro geral do município de Santa Rita do Passa Quatro:

Tabela 35. Quadro geral do município de Santa Rita do Passa Quatro

Santa Rita do Passa Quatro		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Superior	Similar
Desigualdade	Similar	Similar
Educação	Similar	Similar
Saúde	Similar	Similar
Sustentabilidade Social	Inferior	Inferior
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

Santa Rita do Passa Quatro se mostra como um dos municípios mais desenvolvidos da microrregião de Ribeirão Preto. Possui um bom sistema de saúde e um dos melhores indicadores de educação, e isto se tornou necessário talvez por Santa Rita do Passa Quatro ser o município da microrregião mais distante de Ribeirão Preto, o que dificulta o acesso a estes serviços proporcionados por Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de Santa Rosa de Viterbo:

Tabela 36. Quadro geral do município de Santa Rosa de Viterbo

Santa Rosa de Viterbo		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Similar	Superior
Educação	Similar	Similar
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

Santa Rosa do Viterbo, assim como Dumont, é um município com indicadores medianos dentre os analisados, não apresentando indicadores muito críticos. A educação deste município que se destaca um pouco frente aos outros municípios menores da microrregião de Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de São Simão:

Tabela 37. Quadro geral do município de São Simão

São Simão		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Similar	Superior
Educação	Similar	Similar
Saúde	Superior	Superior
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Superior
Habitação e Infraestrutura Urbana	Superior	Superior

São Simão aparece como um município em destaque entre os dezesseis analisados, pois tem um bom sistema de saúde e educação como aspectos positivos, porém sua economia ainda é bastante dependente do setor agropecuário.

Segue abaixo o quadro geral do município de Serra Azul:

Tabela 38. Quadro geral do município de Serra Azul

Serra Azul		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Inferior	Inferior
Sustentabilidade Social	Inferior	Inferior
Segurança Pública	Superior	Similar
Habitação e Infraestrutura Urbana	Inferior	Superior

Serra Azul é um município que ainda carece de muitas melhorias de infraestrutura urbana e em seus sistemas de saúde e educação, que são muito precários.

Segue abaixo o quadro geral do município de Serrana:

Tabela 39. Quadro geral do município de Serrana

Serrana		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Inferior	Inferior
Renda	Inferior	Inferior
Desigualdade	Superior	Superior
Educação	Inferior	Inferior
Saúde	Superior	Superior
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Similar
Habitação e Infraestrutura Urbana	Similar	Superior

Serrana, assim como Cravinhos, tem um sistema de saúde mais desenvolvido que a média da microrregião de Ribeirão Preto. Também é um dos municípios mais violentos dentre os analisados, porém ainda possui números baixos se comparados com a média da microrregião ou com o município de Ribeirão Preto.

Segue abaixo o quadro geral do município de Sertãozinho:

Tabela 40. Quadro geral do município de Sertãozinho

Sertãozinho		
Indicadores	Comparação Microrregião Ribeirão Preto	Comparação Estado SP
Economia	Superior	Superior
Renda	Similar	Similar
Desigualdade	Similar	Superior
Educação	Superior	Superior
Saúde	Similar	Similar
Sustentabilidade Social	Similar	Similar
Segurança Pública	Superior	Similar
Habitação e Infraestrutura Urbana	Similar	Superior

Sertãozinho é o segundo maior município da microrregião de Ribeirão Preto e é também um dos mais desenvolvidos, possuindo bons indicadores em todos os aspectos analisados. A indústria é a principal responsável pelo crescimento da economia sertanezina, o que acaba sendo refletido em praticamente todos os outros aspectos.

Em seguida será apresentado o capítulo com as conclusões e considerações finais deste trabalho, bem como um resumo de seu desenvolvimento e um quadro geral dos indicadores socioeconômicos dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto, de acordo com a análise quantitativa feita anteriormente.

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas vezes são noticiados os números sobre o crescimento econômico de uma determinada região, ou sobre o grande benefício financeiro que grandes corporações levam para os municípios em vão ser instaladas, além de muitas outras notícias desta natureza. Porém, nem sempre este desenvolvimento econômico é refletido na qualidade de vida da população local, pois pode haver grande concentração de renda, desigualdade social, serviços precários de saúde e educação, e muitos outros fatores que mascaram a realidade ao se mostrar apenas o aspecto financeiro.

Com base nisso, o presente trabalho buscou analisar se o crescimento econômico dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP está sendo refletido na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico e social de sua população.

O primeiro objetivo foi fazer uma análise qualitativa os dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto, considerando oito aspectos importantes para a qualidade de vida de uma sociedade, que são a economia, renda, desigualdade, educação, saúde, sustentabilidade social, segurança pública e habitação e infraestrutura urbana. Esta análise foi feita a partir de indicadores e dados coletados de fontes confiáveis, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

O outro objetivo foi comparar a situação socioeconômica dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto com a situação do estado de São Paulo, verificando o grau de desenvolvimento socioeconômico da região em relação ao estado, quais os aspectos positivos e quais os aspectos deficientes dos municípios analisados, que precisam ser melhorados pela administração pública.

A análise qualitativa começou com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas três variáveis, renda, longevidade e educação. Também foi analisado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Humano (IFDM) e três variáveis, emprego & renda, educação e saúde.

Com a análise dos aspectos econômicos, foram utilizados os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; Receitas e Despesas; Participação percentual da agropecuária, indústria e serviços no total do valor adicionado.

Os indicadores de renda analisados foram: Percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho e Percentual de renda proveniente de transferências governamentais; Percentual de pessoas pobres e indigentes; Rendimento médio de empregos formais.

Para a análise da desigualdade foram utilizados os seguintes indicadores: Índice de Gini, Índice L de Theil e Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres.

Para a análise da educação, foram utilizados os indicadores: Percentual de analfabetos entre 7 e 14 anos, Percentual de analfabetos com 15 anos e mais e Percentual de analfabetos com 25 anos e mais; Percentual de crianças entre 7 e 14 anos de idade com acesso ao ensino fundamental, Percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos de idade com acesso ao ensino médio, Percentual de pessoas entre 18 e 24 anos com acesso ao ensino superior e Percentual de pessoas entre com 25 anos ou mais com acesso ao ensino superior; Percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade com menos de 4 anos de estudo, Percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade com menos de 8 anos de estudo, Percentual de pessoas com 25 ou mais anos de idade com mais de 11 anos de estudo e Percentual de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que completaram o ensino médio; Taxa de evasão escolar do ensino fundamental e do ensino médio.

Os indicadores de saúde analisados foram os seguintes: Taxas de natalidade, Taxas de mortalidade infantil e Taxas de mortalidade na infância; Percentual de mães adolescentes, Percentual de mães que tiveram sete ou mais consultas pré-natal e Percentual de nascimentos de baixo peso; Número de médicos residentes e Percentual de enfermeiros com curso superior.

A sustentabilidade social foi analisada com os indicadores: Taxa de crescimento anual da população, Índice de envelhecimento e Taxa de fecundidade.

Para analisar os indicadores de habitação e infraestrutura urbana foram utilizados: Percentual de domicílios com espaço suficiente e Percentual de domicílios com infraestrutura interna urbana adequada; Nível de atendimento de coleta de lixo, Nível de atendimento de abastecimento de água e Nível de atendimento da rede geral de esgoto sanitário.

Em relação a segurança pública, foram analisados os seguintes indicadores: Taxa de número de ocorrências policiais, Taxa de ocorrências de crime contra pessoa e Taxa de ocorrências de crime contra o patrimônio; Taxa de vítimas de acidentes de trânsito, Taxa de homicídios e Taxa de suicídios.

Após serem analisados cada um dos oito aspectos socioeconômicos através dos indicadores citados acima, a situação socioeconômica dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto foi comparada com a situação do estado de São Paulo.

O presente trabalho procurou mostrar um pouco da realidade dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, de uma forma mais profunda e crítica do que normalmente é revelada, com dados que as vezes acabam mascarando um pouco a realidade.

Ribeirão Preto é um dos municípios mais desenvolvidos do estado de São Paulo e do Brasil, e por conta disso é o principal responsável pelo desenvolvimento de sua microrregião. Ribeirão Preto centraliza praticamente todo o sistema de saúde e de ensino superior da microrregião, além de milhares de trabalhadores dos municípios vizinhos que viajam diariamente para Ribeirão Preto, principalmente no setor de serviços.

A maior parte dos indicadores socioeconômicos analisados na microrregião de Ribeirão Preto são similares a média do estado de São Paulo. Isto acontece porque, de uma forma geral, Ribeirão Preto é antagônico em relação aos outros municípios de sua microrregião. Na maior parte das análises, quando Ribeirão Preto possui bons indicadores, como, por exemplo, de renda, quase todos os outros municípios possuem indicadores ruins, enquanto que quando Ribeirão Preto possui indicadores ruins, como segurança pública, quase todos os outros municípios possuem bons indicadores. Como Ribeirão Preto possui praticamente 50% da população de sua microrregião, os dados acabam sendo nivelados.

Finalizando, o aspecto mais importante do presente trabalho é a busca por dados e informações que permitam análises mais realistas e que possam realmente contribuir com a administração pública dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, podendo se expandir para os outros municípios do estado de São Paulo e do Brasil. O desenvolvimento socioeconômico só é alcançado quando as reais necessidades da população são conhecidas, e foi exatamente isto que o presente trabalho buscou analisar.

6. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. M. **Introdução a metodologia do trabalho científico.** 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C., SPINK, P. K. (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** 7^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDOSO, F. H. Reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C., SPINK, P. K. (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** 7^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa.** São Paulo: McGraw Hill, 1977.

CERVO, A. L., BERVIAN P. A. **Metodologia Científica.** 5^a ed. São Paulo: Pearson Hall, 2002.

COMIN, A. A. Notas sobre a atualidade do pensamento de Celso Furtado. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (org.). **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

COSTA, F. L. Condicionantes da reforma do Estado no Brasil. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (org.). **Estado e gestão pública:** visões do Brasil contemporâneo. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>> Acesso em: 03 out. 2012.

FLEURY, S. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (org.). **Estado e gestão pública:** visões do Brasil contemporâneo. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (org.). **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 05 set. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 05 set. 2012.

KETTL, D. F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER-PEREIRA, L. C., SPINK, P. K. (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARTINS, C. E. A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América Latina no século XXI. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (org). **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

OLIVEIRA, J. A. P. Repensando políticas públicas: por que frequentemente falhamos no planejamento? In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (org). **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PECI, A. Reforma regulatória no Brasil da pós-privatização. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (org). **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. Representando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3^a ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SSP). São Paulo. 2012. Disponível em <<http://www.ssp.sp.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2012.

TENÓRIO, F. G.; SARAVIA, E. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (org). **Estado e gestão pública**: visões do Brasil contemporâneo. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.